



# RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2022



RIBA D'AVE, 30 DE MARÇO DE 2023

21. 07. 45  
P. Janeiro

## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	3
<b>2. ATIVIDADES DA MESA ADMINISTRATIVA</b> .....	4
<b>3. ANÁLISE GLOBAL E SETORIAL</b> .....	7
3.1 UNIDADES FUNCIONAIS DA SCM RIBA D´AVE.....	8
3.1.1 HOSPITAL NARCISO FERREIRA	
3.1.2 UNIDADE DE INTERNAMENTO DE CUIDADOS CONTINUADOS	
3.1.3 UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCATIVA	
3.1.4 CIDIFAD	
3.2 DEPARTAMENTOS E SERVIÇOS DA SCM RIBA D´AVE.....	23
3.2.1 GABINETE DE RECURSOS HUMANOS	
3.2.2 GABINETE DO UTENTE E CONTENCIOSO	
3.2.3 SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO E DIETÉTICA	
3.2.4 GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM	
3.2.5 SERVIÇO DE INFORMÁTICA	
<b>4. ATIVIDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA D´AVE</b> .....	28
4.1 HOSPITAL NARCISO FERREIRA	
4.2 UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS / INTERNAMENTO MÉDICO E PAAS	
4.3 CENTRO INFANTIL DE PEVIDÉM	
<b>5. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA</b> .....	30
5.1 RESULTADOS	
5.2 VALÊNCIAS E PROGRAMAS	
5.3 BALANÇO	
5.4 INVESTIMENTOS	
5.5 FUNDO DE MANEIO	
5.6 RECURSOS HUMANOS	
5.7 RÁCIOS	
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	43
<b>7. PROPOSTAS</b> .....	44
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b> .....	45
<b>CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS</b> .....	71
<b>PARECER DO DEFINITÓRIO</b> .....	75

*Handwritten signature*

Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba D'Ave

*Handwritten text: 10  
Lacunar  
86*

27  
A. J. Fl.  
#8  
J. J. J. J.

## 1. INTRODUÇÃO

Nos termos do Compromisso da Irmandade, nomeadamente do determinado na alínea e) do artigo 27.º do citado documento, vem a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Riba D´Ave (SCM Riba D´Ave) apresentar à Assembleia Geral o seu Relatório de Atividades do ano de 2022.

A Mesa Administrativa submete também à Assembleia Geral a apreciação e a aprovação das contas relativas ao mesmo período, colocando à disposição dos Irmãos todos os elementos que considerem necessários à formulação de um criterioso juízo sobre as mesmas.

## 2. ATIVIDADES DA MESA ADMINISTRATIVA

A Mesa Administrativa, ao longo do ano de 2022, acompanhou muito de perto todas as atividades da Santa Casa da Misericórdia de Riba D'Ave e as suas áreas funcionais, bem como as responsabilidades financeiras e jurídicas da instituição, tendo realizado reuniões regulares com a Comissão Executiva, com acesso a relatórios dos diferentes Administradores responsáveis, participando, assim, no acompanhamento da gestão para uma maior eficiência e eficácia que ia sendo exigida perante as dificuldades sentidas no país, na Europa e no Mundo.

O ano de 2022 foi marcado, não só, ainda pela pandemia de COVID-19, com impactos relevantes na nossa atividade, mas também pela invasão da Rússia à Ucrânia, originando uma guerra cruel, que lamentamos profundamente, pela situação vivida pelos dois povos e que esperamos que termine o quanto antes.

Estes dois factos contribuíram para a origem de movimentos inflacionários consideráveis, com fortes impactos na vida das pessoas e, mais recentemente, com o agravamento significativo das taxas de juro como medida de combate à inflação.

A inflação agora vivida, com o agravamento significativo do custo de vida, dos custos de operação das empresas e dos encargos com os juros, traduzem-se num aumento da complexidade da atividade e numa deterioração dos resultados, ao mesmo tempo que obrigam a Mesa Administrativa a redobrar o seu empenho na manutenção de uma instituição bem gerida, orientada para as pessoas que dela fazem parte e da comunidade que serve, capaz de perdurar no tempo de uma forma sustentável.

Destas condições no país, realçamos como muito negativos nos resultados da SCM Riba D'Ave, os elevadíssimos custos energéticos, que fez com que a Mesa Administrativa e a Comissão Executiva lançassem de imediato soluções para minimizar os prejuízos.

Na construção do orçamento para 2022, a Mesa Administrativa viu-se confrontada com a incerteza quanto à continuidade do Contrato-Programa com a ARS Norte e, embora esse

70. 09

Jansen

orçamento tenha sido elaborado com os mesmos pressupostos oriundos dos anteriores protocolos, o certo é que, no final de 2021, e após a apresentação do mesmo, por imposição do governo deu-se a transferência do Incentivo à Produção, uma verba na ordem dos 400 mil euros que a instituição sempre viu atribuída pela excelência dos seus serviços e que servia como prémio a uma atividade de qualidade, ser transformado em linhas de produção, com impacto direto na atividade e nos resultados. Juntamente com a Comissão Executiva, esta alteração foi vivida de uma forma muito preocupante, pois iria ter um impacto muito negativo nos resultados da SCM Riba D´Ave.

Durante o ano de 2022, o Hospital Narciso Ferreira (HNF) manteve a aposta no cumprimento dos principais indicadores a que obrigam o processo de Certificação, o Sistema Nacional de Avaliação em Saúde (SINAS) e a Entidade Reguladora da Saúde obrigam, suportando os respetivos custos inerentes, anteriormente minimizados com os citados incentivos, e que deixando de ser atribuídos, impactaram a atividade e os resultados da Instituição.

Relativamente ao Centro de Investigação, Diagnóstico, Formação e Acompanhamento das Demências (CIDIFAD), onde os custos energéticos têm também uma preponderância significativa, verificou-se um considerável acréscimo com impacto direto nos resultados. A Mesa Administrativa definiu uma aposta clara nesta nova valência, que acredita ser de enorme relevância para o futuro da instituição, e continua a fazer diligências para que haja uma regulamentação à altura dos cuidados praticados. Enquanto não acontece, a aposta foi de operacionalização do espaço ao abrigo da Tabela Social da SCM Riba D´Ave e contratando os necessários profissionais com o apoio MAREESS.

De forma a minimizar o défice da atividade do CIDIFAD, e respondendo a um repto lançado pela Sra. Ministra da Segurança Social, Dra. Ana Mendes Godinho, durante a visita ao CIDIFAD, alargaram-se os cuidados praticados aos doentes abrangidos pelo *Programa de Acolhimento de Altas Sociais (PAAS)* com demência, que serão enquadrados no internamento ao abrigo da regulamentação para a demência que, até à data, infelizmente ainda não está publicada.

Além das duas iniciativas, alargou-se ainda a disponibilização de 52 quartos através de protocolos com os Hospitais de Guimarães, Braga e Famalicão.

Apesar destas iniciativas, que contribuem para uma atividade considerável do CIDIFAD e para cuidados relevantes à população, os resultados são ainda negativos.

A Mesa Administrativa está comprometida em arranjar soluções para ultrapassar esta situação mas que faz parte do arranque de qualquer valência nova e inovadora, mantendo o cumprimento dos principais vetores de desenvolvimento da SCM Riba D´Ave, nomeadamente no Hospital, na Unidade de Cuidados Continuados, na Unidade de Intervenção Social e Educativa e no CIDIFAD.

Ainda no que diz respeito às atividades da Mesa Administrativa, conseguiu-se cumprir com o objetivo da compra da *Casa Conde de Riba D´Ave* que, ainda que pouco oportuno no tempo, é um grande ativo no que diz respeito ao futuro da instituição e no enaltecimento do passado e da memória coletiva da região do Vale do Ave.

A Mesa Administrativa participou, como habitualmente, nos seguintes encontros e reuniões:

- Assembleia-Geral da União das Misericórdias Portuguesas (UMP) para aprovação do Relatório e Contas 2021 e para aprovação do Plano de Atividades Orçamento 2023;
- Reunião com os Órgãos Sociais da SCM Riba D´Ave, para, em prol da melhoria de desempenho da Mesa Administrativa e da Comissão Executiva, debater a atual situação da Instituição.

Fl. 01  
J. Soares 78

### 3. ANÁLISE GLOBAL E SETORIAL

Durante o ano de 2022, embora mantivéssemos as exigências a que nos obrigou a pandemia, nomeadamente através do cumprimento integral dos planos de contingência, devidamente orientados de acordo com as normas emitidas pela Direção-Geral da Saúde, foi muito importante que nos últimos meses do ano todo o plano de contingência tivesse uma nova alteração, nomeadamente com a não exigência de teste COVID-19 pré-cirurgia, permitindo minimizar os custos a que nos vinham obrigando sem qualquer apoio parte das entidades públicas.

No CIDIFAD revelou-se importante a continuidade dos projetos, o aumento de utentes na Unidade de Dia e da maior procura pelos serviços. No entanto, face aos valores da Tabela Social da SCM Riba D´Ave, foi ponderada uma maior divulgação em quadrantes sociais mais elevados.

O Contrato-Programa com a ARS Norte continuou a ser muito importante na nossa atividade hospitalar, assim como os protocolos com várias Unidades hospitalares da região para serviços de internamento de medicina (SIM), cirurgias pediátricas para o Hospital de Braga, e os exames de gastroenterologia para os Hospitais de Famalicão, de Braga e de Guimarães, que continuam a minimizar o impacto da baixa referência de cirurgias no âmbito do Programa SIGIC.

Embora com excelentes resultados sociais alcançados, não deixa de ser preocupante o aumento dos encargos com os recursos humanos que não foi devidamente acompanhado pelos rendimentos obtidos pelos SIM e PAAS, bem como pelas desadequadas tabelas contratualizadas com o Estado que, ao longo das duas últimas décadas, se mantêm inalteradas.

Da análise aos indicadores do Centro Infantil de Pevidém (CIP), podemos concluir que estes se mantêm em elevados patamares que, fruto das condições pedagógicas e estruturais, resultam da constante procura dos seus serviços por parte dos pais e encarregados de educação.

Como podemos, assim, constatar, mesmo com todos os citados constrangimentos, o Hospital Narciso Ferreira continua a ter um papel preponderante e fulcral nos resultados atingidos pela SCM Riba D´Ave.

### 3.1 UNIDADES FUNCIONAIS DA SCM RIBA D'AVE

#### 3.1.1 HOSPITAL NARCISO FERREIRA

O ano de 2022 deu-nos, uma vez mais, uma demonstração da necessidade de planeamento estratégico com resultados em linha com os objetivos e metas institucionais. O fim da crise pandémica veio estabilizar de alguma forma as dinâmicas hospitalares a que nos encontrávamos vinculados, abrindo a sensibilidade da gestão para a resolução dos problemas mais prementes do ano em reflexão.

No Hospital Narciso Ferreira mantivemos a continuidade do percurso sólido na sua ação, soluções alinhadas com a estratégia nacional, sem descuidar a sua missão principal de prestar cuidados de saúde hospitalares de qualidade, com total segurança e respeito pelos utentes, colaboradores e orientações emanadas pela tutela.

Foi um ano de grande esforço para todos os colaboradores na continuidade da inovação e solidificação da atividade, do Programa SIGIC e do rigoroso cumprimento do Contrato-Programa com a ARS Norte. Não deixamos de manter o olhar atento à melhoria contínua e à manutenção do processo de Acreditação do Hospital, sendo estes eixos uma forte e segura aposta de todos para a resposta que se esperava das unidades de saúde e da nossa em particular.

Trabalhamos no reforço da segurança e eficiência, num modelo de trabalho interativo, dinâmico e pluridisciplinar nas responsabilidades e intervenções dos coordenadores dos serviços clínicos e da Direção Técnica do Hospital. O sentimento de pertença e contributo de todos tiveram papel de destaque e importância singular na solidificação do nosso Hospital.

Os coordenadores de serviço têm contribuído para encontrar soluções de melhoria sistemática nas diversas áreas, como forma de apoio à gestão da SCM Riba D'Ave na sua tomada de decisão.

Em resumo, diremos que a Direção Técnica e coordenadores dos serviços do HNF, perante novas dificuldades que se foram colocando, agregaram sinergias para a consolidação das boas práticas

J.P. PA  
J.P.  
J.P.

no Hospital, enquadradas nos princípios de atuação éticos, justos e coesos, envolvendo todas as áreas e colaboradores.

Tendo por base a metodologia seguida em anos anteriores, pretende-se neste Relatório dar conta do grau de cumprimento atingido ao longo do último ano das metas e objetivos traçados em cada serviço do Hospital.

#### **OBJETIVOS E METAS GLOBAIS ATINGIDAS**

- Reforçar a cultura de segurança para todos os colaboradores e utentes.
- Vigiar e cumprir no combate à pandemia SARS-CoV-2 com os planos definidos pela tutela.
- Estabelecer prioridades e planos setoriais de melhoria aos projetos lançados.
- Executar planos de melhoria contínua da qualidade e eficiência.
- Eficiência na gestão dos seus recursos humanos, físicos e materiais.
- Alargar a capacidade de resposta em cuidados de saúde de forma sustentada atendendo às necessidades identificadas, aumentando também a eficácia no cumprimento da nossa Missão.
- Zelar no combate ao desperdício, nas atividades clínicas do Hospital.
- Solidificar a qualidade dos cuidados de saúde e manter a Acreditação do HNF.
- Supervisionar para as boas práticas profissionais de todos os colaboradores do Hospital.

#### **POLÍTICA DE QUALIDADE E MELHORIA CONTÍNUA**

- Atualizado Plano de Contingência Pandemia SARS-CoV-2 em três novas versões face à evidência científica e orientações emanadas pela tutela.
- Atualização de Normas e Procedimentos recomendados pela tutela face à COVID-19.

#### **CONSULTA EXTERNA**

- Sensibilizar a classe de enfermagem para o cumprimento dos horários de agenda de consultas.
- Implementar questionário de satisfação aos utentes na Consulta Externa (CE) e Unidade de Oftalmologia (UOF).
- Zelar pelo cumprimento dos regulamentos internos e legislação em vigor.

- Reorganização dos espaços libertados pela Imagiologia para uma nova sala de espera na CE 2.
- Requalificar as paredes e tetos.
- Eliminação dos equipamentos de desinfeção dos utentes na entrada da CE 2 e na UOF.
- Reorganização da instalação dos cabos de internet no gabinete 2.
- Requalificar as paredes.
- Requalificar a iluminação das saídas de emergência existentes na receção.

#### SERVIÇO DE IMAGIOLOGIA

- Marcação de reuniões multidisciplinares de forma a haver maior comunicação entre os trabalhadores e evitar a instalação de conflitos.
- Decorrente do dispositivo legal de origem europeia, o serviço vai estender a todas as áreas que utilizem na realização de exames radiações ionizantes a aplicação do consentimento informado.
- Aplicação do questionário necessário à realização de exames de ressonância magnética.
- Resolução de problemas no não cumprimento pelos utentes dos horários de marcação.
- Nas instalações do CIDIFAD é preocupação o acesso dos utentes, bem como a sinalética de forma a minimizar os transtornos decorrentes dos vários locais a que os utentes têm de recorrer caso necessitem de efetuar exames de várias áreas.
- O SAP tem dentro do espaço destinado ao atendimento, uma sala de raio X que funciona no período das 8.00 às 24.00 horas e que permite a realização dos exames requisitados.

#### SERVIÇO DE ATENDIMENTO PERMANENTE

- Substituição das macas da sala de enfermagem e sala de reanimação que tem os elevadores e fixadores ao chão avariados.

#### 3.1.2 UNIDADE DE INTERNAMENTO DE CUIDADOS CONTINUADOS

O ano de 2022 fica marcado pelo regresso ao normal funcionamento da Unidade de Cuidados Continuados (UCC), havendo melhorias significativas no processo de referenciação dos utentes,

FL. 07  
  
 #8

nomeadamente na ausência de realização de testes COVID-19 para os mesmos entrarem nas Unidades. Isto leva a que o tempo entre a colocação dos utentes na rede e a sua admissão nas Unidades diminua.

Este *timing* reduzido resulta numa taxa de ocupação mais alta ao longo do ano.

É de salientar que os doentes admitidos na Unidade, permanecem no mínimo 30 dias na Convalescença, 90 dias na Média Duração e por tempo indeterminado na Longa Duração. No entanto, estes prazos nem sempre se cumprem, principalmente pelas prorrogações sociais, ou seja, doentes sem critérios clínicos para se manterem internados, mas que têm critérios sociais para o mesmo. Neste último ano, verificou-se um aumento deste tipo de internamento social, chegando a traduzir cerca de 36% do número camas contratualizadas de Média Duração e cerca de 18% na Convalescença.

#### VISITAS E ACESSO À UNIDADE

As visitas aos utentes voltaram à normalidade no final do ano de 2022 segundo a Norma n.º 013/2022, de 28 de novembro de 2022. Foi atualizado o Regulamento Interno de visitas que se encontra disponível nos documentos homologados.

#### ENFERMEIRO DE REFERÊNCIA

O Enfermeiro de Referência tem profundo conhecimento da situação do doente tendo como objetivo fornecer cuidados de qualidade, promovendo a sua reabilitação, auxiliando o doente a encontrar respostas adequadas e diversificadas de modo a solucionar os seus problemas e maximizar o autocuidado.

O Enfermeiro de Referência além de servir de educador onde capacita o doente, família e prestador de cuidados, serve também de relator/monitor fornecendo informação, oral e escrita, sobre a situação atual do doente para que o seu plano de cuidados esteja sempre atualizado e vá de encontro com as necessidades/objetivos do doente e família.

Em suma, espera-se com este novo passo que cada enfermeiro passe a ter um papel ainda mais nuclear na equipa multidisciplinar sendo progressivamente o porta-voz ativo do doente e dos

cuidados de enfermagem no seio desta e da compilação das necessidades para a família e comunidade.

Este objetivo encontra-se em fase de estudo e planeamento de estratégias para o atingir.

#### **MONITORIZAÇÃO DE NOVOS INDICADORES E ENSINOS AO FAMILIAR/CUIDADOR INFORMAL**

Este ano, com o atenuar das medidas de prevenção de infeção contra a COVID-19, a Unidade conseguiu agilizar com as famílias ensinamentos para a saúde no âmbito da preparação da alta. Dos doentes identificados com necessidade de realização de ensinamentos, 50% dos familiares/cuidadores informais tiveram efetivamente ensinamentos sobre cuidados de higiene, transferências e posicionamentos. Os restantes, ou já demonstravam conhecimentos na área, tendo recusado ensinamentos, ou iriam ter cuidadores com formação para o efeito como, por exemplo, em apoio domiciliário.

#### **DIMINUIR AS INCIDÊNCIAS DE QUEDAS NOS UTENTES**

Foram identificados alguns fatores de risco para uma maior incidência de quedas, tais como:

- Número inadequado de equipamento de contenção de movimentos para quando estão sentados nas cadeiras de rodas;
- Cadeiras de rodas com algumas avarias;
- Grades das camas com avarias e falta de grades em algumas camas;
- Polibans inadequados;
- Menor vigilância por parte dos colaboradores.

Quanto aos colaboradores, foram alertados e sensibilizados para que façam uma vigilância mais apertada dos utentes que se encontram nos quartos. Sensibilizar os utentes a tocar à campainha para que tenham supervisão para deslocação ao quarto-de-banho.

Quanto às ajudas técnicas, foram adquiridas algumas cadeiras de rodas. No entanto, já demonstraram estar em número reduzido, tendo sido solicitadas mais unidades.

Resumidamente, o número de quedas já reduziu cerca de 10% ao longo do ano.



## ATIVIDADES

Apesar das limitações impostas pela pandemia, foi possível manter a monitorização de dados estatísticos e indicadores de qualidade dos serviços e de saúde, nomeadamente a monitorização do risco de queda e de quedas efetivas e controlo de infeção.

Foram atualizados documentos internos, sendo um deles o Regulamento Interno da Morgue.

Ao nível da formação, retomamos o plano de formação, destacando-se a formação de Suporte Básico de Vida (SBV) e Suporte Básico de Vida com Desfibrilhador Automático Externo (DAE) ministrada aos colaboradores da UCC.

## REESTRUTURAÇÃO DA UNIDADE E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

Como é do conhecimento da Comissão Executiva, já foram identificadas as alterações, estruturais e logísticas, importantes a serem feitas na Unidade, assim como a implementação de melhorias, principalmente a nível de material.

Este processo de melhorias foi já iniciado no final de 2022 com a aquisição de baldes do lixo para toda a Unidade, a adjudicação para a substituição dos *screen* das janelas da Unidade e substituição dos dispensadores de papel das mãos e de papel higiénico.

Destacamos uma melhoria ao nível dos recursos humanos, que foi a contratação de uma animadora sociocultural, que muito contribuiu para a dinamização do serviço, realizando imensas atividades com os utentes.

### 3.1.3 UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCATIVA

#### CENTRO INFANTIL DE PEVIDÉM

No final do ano, frequentavam o Centro Infantil de Pevidém 219 crianças, distribuídas pelas três valências sociais existentes na instituição, encontrando-se 82 em Creche, 99 em Pré-Escolar e 38 em Atividades dos Tempos Livres (ATL).

Ao abrigo da legislação de gratuitidade da Creche, o Instituto da Segurança Social assume o valor de quinze participações familiares, no valor mensal de 1.242 €.

01 #8 P1.  
Lacini

## Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba D'Ave

No caso da legislação de gratuidade em Creche para crianças nascidas depois de 1 de setembro de 2021, o Instituto da Segurança Social comparticipa 26 crianças, no valor mensal de 11.960 €.

Relativamente ao Pré-Escolar, o ano terminou com 99 Crianças, sendo uma criança com Necessidades Educativas Especiais. Destas crianças, 24 foram acompanhadas na instituição em Terapia da Fala e três foram acompanhadas pela Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva.

O Centro de Atividades de Tempos Livres, conclui o ano com 38 crianças

### ATIVIDADES

Durante o ano letivo, as avaliações foram realizadas semestralmente, seguindo as orientações de cada valência.

Com o fim das medidas de restrição provocadas pela pandemia, a partir de julho iniciamos as reuniões presenciais com os encarregados de educação, de modo a promover a sua participação no processo educativo do seu educando.

As atividades curriculares de educação física e de educação musical foram realizadas durante todo o ano letivo e, a partir do mês de setembro, retomamos as atividades extracurriculares de patinagem, inglês, dança e futebol.

Planeamos e realizamos diferentes atividades em que abordamos o tema do nosso projeto educativo "Educação Ambiental para a Sustentabilidade: A Horta e a Poluição", com o objetivo de sensibilizar as nossas crianças e a comunidade para as boas práticas ambientais.

### PROJETO PROCHILD - DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO EM CRECHE

Foi dada continuidade ao projeto "Desenvolvimento e Educação em Creche" da Prochild, tendo como objetivo promover o desenvolvimento e o bem-estar das crianças entre até aos três anos de idade. O projeto pretende desenvolver um modelo de avaliação, intervenção e formação em creche e que integra as recomendações internacionais sobre práticas de qualidade e estratégias de promoção do desenvolvimento da criança.

Fl. 01  
#8  
M  
Lamas

#### DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A divulgação das atividades junto das famílias e da comunidade foi privilegiada através dos meios digitais da instituição, nomeadamente pela troca de informações via e-mail, telefone e Facebook. No início do novo ano letivo, em setembro de 2022, foi implementada a caderneta eletrónica, o que veio simplificar a comunicação entre a escola e a família, bem como a divulgação direta e individual das atividades.

#### IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA HACCP

Deu-se continuidade à implementação do sistema Hazard Analysis And Critical Control Point (HACCP), de modo a garantir a segurança alimentar e a serem cumpridos na íntegra os normativos legais em vigor.

Foram efetuadas auditorias e desenvolveu-se formação com as colaboradoras que desempenham funções na cozinha.

#### AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E OBRAS DE REMODELAÇÃO

Em 2022, o Centro Infantil de Pevidém recebeu a verba de 7.500 € da Câmara Municipal de Guimarães, para renovação da rede de águas quentes e águas frias.

#### PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS

Ao longo do ano de 2022, os profissionais realizaram 21 ações de formação, num total de 233 horas com o intuito de melhorar e desenvolver a sua prática pedagógica.

#### **PROGRAMA OPERACIONAL DE APOIO ÀS PESSOAS MAIS CARENCIADAS**

Em Riba D´Ave foram doados 78.666 produtos alimentares a 2.324 beneficiários de 954 famílias.

Em Pevidém foram doados 87.528 produtos alimentares a 3.065 beneficiários de 1.372 famílias.

Este Programa é financiado pela União Europeia e a SCM Riba D´Ave recebe uma compensação financeira mensal de 1,81 € por pessoa apoiada.

#### **PROGRAMA DE EMERGÊNCIA ALIMENTAR - CANTINA SOCIAL**

Ao contrário do POAPMC, que abrange agregados familiares com capacidade de armazenamento e capazes de confeccionar as suas refeições, a Cantina Social agrega pessoas mais vulneráveis no que concerne às suas competências e recursos domésticos para confeccionarem as suas refeições.

Em Riba D´Ave, durante o ano de 2022, foram referenciadas quatro novas situações. Ao longo dos anos a Cantina Social de Riba D´Ave sempre atingiu o seu limite máximo de refeições protocoladas sendo que, o número no presente ano foi de 14 refeições diárias, tendo sido entregues um total de 5.202 refeições no ano. A área de residência mais apoiada é a freguesia de Oliveira de São Mateus, com 50%.

Em Pevidém, a equipa técnica apoiou um total de nove agregados, sendo a área mais apoiada a freguesia de Selho São Jorge, com 45%.

#### **PROJETO 65+**

A SCM Riba D´Ave, desde 2015 e em parceria com a Câmara Municipal de Guimarães, dinamiza o Projeto 65+ para apoio a pessoas com idade igual, ou superior, a 65 anos e que, no concelho de Guimarães, se encontrem a residir sós ou em situação de fragilidade. A SCM Riba D´Ave, como gestora pela área de Selho São Jorge, acompanha, neste momento, sete idosos com intuito de intervir para a promoção dos seus direitos, proteção social e proporcionar o acesso a serviços e a recursos sociais na comunidade.

#### **REDE SOCIAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E DE GUIMARÃES**

O serviço psicossocial da SCM RIBA D´Ave, em parceria com entidades locais de âmbito público e privado, tem um papel participativo na Rede Social do Município de Famalicão e no Município de Guimarães, junto da Comissão Social Inter-Freguesias (CSIF) e da Comissão Local de Ação Social (CLAS). Esta parceria tem o intuito de reunir as várias sinergias para delinear um plano de desenvolvimento social local, com base no diagnóstico das necessidades da população que integram os dois concelhos.

#### **ACOMPANHAMENTO DO SERVIÇO DE CIRURGIA, DA UCC E DO CIP**

O objetivo deste acompanhamento prende-se com a necessidade de facilitar o processo acolhimento do utente na Instituição com a identificação dos fatores de vulnerabilidade psicossocial e, se necessário, desenvolver um plano de intervenção psicossocial junto do utente e

FP. 09  
#8  
Laceri

da família e efetuar a articulação com as Unidades de Saúde Familiar para referenciação para a Rede Nacional de Cuidados Continuados.

São realizados acompanhamentos de utentes do Serviço de Internamento Cirúrgico, com internamentos superiores a 24 horas, devidamente sinalizados.

Em 2022 foi acompanhado um utente proveniente do Serviço de Internamento Médico e referenciado um utente para a Rede Nacional de Cuidados Continuados.

Já na Unidade de Cuidados Continuados, o apoio é modelado em função das necessidades em função do processo normal evolutivo da doença ou incapacidade. Em 2022 foram acompanhados 276 utentes em Convalescença, 114 em Média Duração e 14 em Longa Duração.

No processo de alta consta um relatório de avaliação e acompanhamento psicossocial com toda a informação relativa ao plano de intervenção implementado bem como ao plano de cuidados.

No ano de 2022 foram retomadas as visitas dos familiares dos utentes na Unidade, tendo o contacto presencial favorecido o acompanhamento por parte do Serviço Psicossocial que passou a ser mais solicitado pelos familiares de forma informal e sem agendamento.

O Serviço Psicossocial colabora ainda com a equipa do Centro Infantil de Pevidém, procedendo à avaliação socioeconómica de famílias previamente identificadas, e integra a equipa do EMAI, o que constitui um recurso organizacional de apoio à aprendizagem com vista a uma avaliação, intervenção e acompanhamento alargado a todos os intervenientes no processo educativo.

#### **AVALIAÇÕES SOCIOECONÓMICAS**

O Serviço colabora em situações que carecem de avaliação socioeconómica, nomeadamente para pedidos de isenção de taxas de internamento, assim como em situações de dívida.

Em 2022 foram sinalizados 6 processos, tendo-se procedido aos atendimentos com os utentes e realizada a respetiva avaliação socioeconómica que, quando aplicável, é articulada com os serviços sociais locais.

### 3.1.4 CIDIFAD

O CIDIFAD apresenta-se como um projeto inovador, construído de raiz para possibilitar intervenção diferenciada e ajustada às especificidades dos diferentes estádios do processo demencial considerando as necessidades da população ao nível do apoio nas situações de demência. Perspetivando uma visão inovadora destas doenças e das pessoas com demência (PcD) e suas famílias, pretende-se a implementação de uma estratégia que promova um diagnóstico atempado e correto, o acesso a tratamentos farmacológicos e não farmacológicos e uma intervenção dirigida às especificidades de cada PcD. A continuidade dos cuidados na comunidade e o apoio às famílias com internamentos quando necessários, incluindo os cuidados paliativos, são o foco principal para funcionamento desta infraestrutura.

Para operacionalizar um projeto diferenciador e altamente específico, a direção técnica do CIDIFAD alicerçou o seu trabalho no plano de atividades proposto em outubro de 2021. Contudo, dadas as contingências decorrentes do momento de pandemia que o país e o mundo enfrentaram, com repercussões que ainda se continuaram a sentir no ano de 2022 (doentes COVID-19 com necessidade de internamento e aumento do número de doentes agudos não COVID-19 nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde (SNS) por diagnósticos e tratamentos em suspenso no decurso da pandemia), houve necessidade de responder a outros desafios em áreas não relacionadas com a demência - principal foco de intervenção do CIDIFAD, numa perspetiva de apoio ao SNS e das populações carentes de cuidados.

#### ACOMPANHAMENTO DA CONSTRUÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

A Direção Técnica acompanhou os trabalhos de finalização da construção das infraestruturas, com visão crítica, propondo alterações que entendeu serem pertinentes para a operacionalização do projeto. Assinalou ao Serviço de Instalações e Equipamentos (SIE) as necessidades de manutenção sempre que se confrontou com as mesmas.

Procedeu-se à validação e aplicação de toda a sinalética do CIDIFAD de acordo a sugestão apresentada pelo Departamento de Investigação e Formação.

71. 07  
#8

*Luís*

A Direção Técnica aconselhou e interveio diretamente na criação de circuitos operacionais em conjunto com o SIE para a criação de ambientes de prestação de cuidados seguros e de qualidade e avaliou necessidades e propôs à Comissão Executiva da SCM Riba D'Ave a aquisição de mobiliário e equipamentos de apoio para as áreas técnicas de apoio à prática dos cuidados.

## PROJETOS

O CIDIFAD deu continuidade aos projetos financiados no ano de 2021 ao abrigo das candidaturas apresentadas e deu desenvolveu trabalho nos seguintes:

### Olaia

Prémios BPI Fundação "la Caixa" - Projetos Inovadores de Intervenção em Cuidados Paliativos

Em 2022 foi concluída a primeira edição e aguardamos a aprovação de uma segunda Edição.

Através de parceria com a Fundação Castro Alves, iniciou-se em outubro de 2021 a implementação deste projeto, uma atuação a nível ambiental, grupal, familiar e individual no CIDIFAD recorrendo a uma abordagem paliativa multissensorial, centrada na PcD, através de um programa inovador que articula três terapias (arte, música e aromaterapia) aplicado desde o diagnóstico até ao luto.

A primeira edição do projeto foi concluída com a realização de uma ação de formação multiprofissional que se realizou em 21 de setembro de 2022.

Da execução deste projeto resultou a apresentação de uma comunicação oral na *35th Global Conference of Alzheimer's Disease International* intitulada "*A multisensory palliative intervention for people with dementia - the OLAIA Project*".

### Centro de Avaliação e Apoio da Capacidade de Condução para Pessoas com Défice Cognitivo

Prémios BPI Fundação "la Caixa" - Seniores 2021

O projeto visa a criação de um Centro de Avaliação e Apoio da Capacidade de Condução da PcDC/PcD. Tem como objetivo realizar uma rigorosa avaliação e monitorização da capacidade de condução e facilitar adaptação à perda de capacidade de condução. Dirige-se a PcDC/PcD, seus familiares e cuidadores. É uma solução pioneira no país e resulta de uma parceria entre a SCM

Riba D'Ave, a Junta de Freguesia de Riba D'Ave e Automóvel Club Portugal. Propõem-se quatro eixos de intervenção:

- 1) implementação de uma consulta de avaliação multidisciplinar especializada e compreensiva (incluindo teste *off* e *on road*, envolvendo médico, psicólogo e terapeuta ocupacional);
- 2) reabilitação da capacidade de condução, quando possível (treino das diversas funções), monitorização da condução através de dispositivo eletrónico a instalar no carro;
- 3) apoio na adaptação à incapacidade de condução, disponibilizando apoio psicológico, capacitação para uso de plataformas de transporte e facilitando uma rede local de táxis.

Atualmente já se encontra em fase de recrutamento de participantes.

#### IN4AHA 2022 Twinning

Candidatura elaborada em parceria com a *Porto4Ageing* e da *Axencia Galega de Coñecemento en Saúde* (ACIS).

O projeto proposto, com as parcerias referidas, consistiu na troca de informações e conhecimento entre as partes no que respeita ao conceito de *Living Lab*. Decorreu uma visita da equipa do CIDIFAD ao Centro Hospitalar Universitário de Ourense após a qual, uma equipa desse hospital, foi acolhida no CIDIFAD para visita.

#### DID - Divulgação, Informação e Disseminação das atividades do CIDIFAD da SCM Riba D'Ave

Projeto financiado pelo POAP

Estado da candidatura: em conclusão (decorreu entre novembro de 2022 e fevereiro de 2023)

O Projeto DID - Divulgação, Informação e Disseminação das atividades do CIDIFAD/SCM Riba D'Ave visou o reconhecimento da sociedade para a existência de uma resposta especializada nas demências apoiada por FEEI (Fundos Europeus Estruturais e de Investimento - Portugal 2020), através de quatro ações de divulgação conjuntas e complementares:

- 1) criação de um website;
- 2) produção de um vídeo e fotografias institucionais;

- 3) elaboração de um folheto;
- 4) realização de um seminário sobre demências com cobertura dos media.

O referido projeto culminou com a realização do Seminário – “Impacto da Demência na Pessoa, na Família e na Comunidade” que aconteceu no dia 9 de novembro de 2022, nas instalações do CIDIFAD.

#### Projeto ITeCS – Inovação Tecnológica em Cuidados de Saúde

Consórcio Nacional promovido pela Winning – aprovado

Financiamento – PRR (Plano de Recuperação e Resiliência)

Apresentada candidatura para desenvolvimento de projetos no âmbito da medida Rede Nacional de Test Beds (aviso n.º 07/C16-i02/2022), inserida no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Esta medida tem o objetivo de impulsionar a criação de redes colaborativas para aumentar o número de pilotos de produtos (digitais ou apenas possíveis de produzir com recurso à digitalização de processos e de ferramentas digitais) que se tornam viáveis.

Objetivo do projeto é promover a aceleração do desenvolvimento tecnológico de pilotos de produtos ou serviços na área da saúde digital. As empresas aderentes irão contactar com especialistas tecnológicos e testar os seus produtos em ambiente real (Testers/End-users) com vigilância de uma comissão de ética interna. Estas entidades poderão ainda obter aconselhamento por parte de um Conselho Científico em diversas áreas.

A representar o consórcio está a Winning, uma empresa de consultoria científica e programação informática, onde identifica, gera e aplica conhecimento científico a desafios de índole tecnológica. A Winning, na qualidade de líder assumirá a equipa de Coordenação e Gestão, mantendo, contudo, pontos de contacto com um membro de equipa de cada entidade. O ITeCS será desenvolvido por um grupo de 36 entidades, das quais 23 integram o consórcio e 13 apoiam-no de forma voluntária. Este projeto envolve 116 recursos humanos, na sua maioria altamente qualificados.

#### RETAGUARDA AO SNS PARA DOENTES AGUDOS E DE RETAGUARDA

No ano 2022 o CIDIFAD deu resposta a internamentos em tipologias várias, a saber:

- Internamentos em regime de Tabela Social (reabilitação, demência ou agudos);
- Retaguarda do SNS - doentes agudos COVID-19;
- Não-COVID ou a aguardar alocação na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) ou em Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas (ERPI) de múltiplas proveniências.

No total, o CIDIFAD contabilizou 635 internamentos de diferentes tipologias, com um total de 23.688 dias de internamento e uma média de 38 dias de internamento.

Acresce aos números apresentados a responsabilidade da equipa médica do CIDIFAD nos internamentos de doentes em regime de Tabela Social e retaguarda de hospitais do SNS que decorreram nos quartos individuais do Hospital e que totalizaram 67 doentes.

#### PROTOCOLO VAGAS EXTRA-ACORDO DOENTES SEM RETAGUARDA SOCIAL

Em 2022, no seguimento do repto lançado em 2021 pela Sr.ª Ministra da Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Dra. Ana Mendes Godinho, e em estreita colaboração com a União das Misericórdias, o CIDIFAD continuou a receber em regime de internamento PcD sem retaguarda social que se encontravam a aguardar alocação em ERPI em hospitais de agudos. As admissões foram sempre precedidas de validação junto da Direção Técnica e de acordo com as regras definidas para esta tipologia de cuidados. Chegaram a estar internados neste regime 39 doentes, sendo que, em 31 de dezembro, permaneciam internados 31 destes. A diferença entre estes dois números justifica-se com 8 óbitos e a transferência de um doente por referenciação inadequada.

#### CONSULTAS DE AVALIAÇÃO MULTIDISCIPLINAR

Mantiveram-se no decurso de 2022, no CIDIFAD, as consultas de avaliação multidisciplinares (CAMD). Estas consultas, compostas pela avaliação de sete profissionais distintos (médico psiquiatra, médico fisiatra, neuropsicólogo, terapeuta ocupacional, nutricionista, enfermeiro e assistente social) têm como objetivo a avaliação integral da PcD e o estabelecimento do respetivo Plano Individual Integrado de Cuidados onde se propõe à família a tipologia de serviços mais

*[Handwritten signatures]*

adequada à PcD bem como todo o programa terapêutico a implementar. No ano 2022 foram realizadas 32 CAMD das quais resultaram: dezasseis integrações em Unidade de Dia, dois internamentos e cinco integrações em programas de estimulação cognitiva.

**CONSULTA EXTERNA**

Além das CAMD, decorreram, no CIDIFAD, consultas externas de Medicina Interna/Doente complexo (47), Neurologia (104) e Psiquiatria (144). No total foram realizadas, no CIDIFAD, 327 consultas no decurso de 2022.

**UNIDADE DE DIA**

Manteve-se a atividade na Unidade de Dia do CIDIFAD, com capacidade total para 30 PcD. A UD funciona das 8h às 20h, de segunda a sexta feira, para apoio à PcD cuja necessidade desta tipologia de cuidados seja identificada na CAMD inicial. No seu período de funcionamento dá resposta ao PIIC de cada PcD com recurso a terapia ocupacional (com utilização da Sala de *Snoezelen*, jardim sensorial, sala de reminiscências, sessões individuais e em pequenos grupos), fisioterapia, terapia da fala, psicoterapia, intervenção por nutrição, acompanhamento pelo serviço social, cuidados de higiene e alimentação no período de permanência na unidade.

No ano de 2022 foram integrados, no total, 16 doentes. No início de 2022, integravam a Unidade de Dia sete doentes. À data de 31 de dezembro de 2022, frequentavam a Unidade dezasseis PcD.

**3.2 DEPARTAMENTOS E SERVIÇOS DA SCM RIBA D´AVE**

**3.2.1 GABINETE DE RECURSOS HUMANOS**

O Gabinete de Recursos Humanos SCM Riba D´Ave intervém de forma articulada e multidisciplinar na organização do trabalho, na implementação de práticas potenciadoras da motivação, satisfação e desempenho dos colaboradores, na análise da situação de cada indivíduo, dos grupos e dos serviços, contribuindo para a eficácia e eficiência da organização.

O Gabinete de Recursos Humanos da SCM Riba D´Ave executa as suas funções sempre com o objetivo de promover o equilíbrio entre uma gestão rentável dos recursos da Instituição bem como, a satisfação e motivação desses.

No âmbito das atividades desenvolvidas, são de salientar as seguintes:

- Monitorização da satisfação dos colaboradores.
- Reavaliação anual dos riscos psicossociais e definição de plano de ação.
- Monitorização do processo de avaliação de desempenho.
- Monitorizar horários e cumprimentos dos procedimentos legais.
- Desenvolver o recrutamento, seleção, formação e integração de novos colaboradores.
- Dar continuidade ao plano de formação, com implementação de sistema de avaliação de quatro níveis: reação, aprendizagens, comportamento e resultados.
- Definir estratégias e programar ações, que possam contribuir para uma maior eficácia da gestão, aproveitamento de recursos, maior envolvimento e participação dos colaboradores.
- Desenvolver um sistema de informação que permita o seu rápido acesso.
- Monitorização das práticas administrativas dos recursos humanos.
- Análise e acompanhamento de situações específicas de trabalhadores.
- Acompanhar a implementação do Regulamento Interno.
- Acompanhar o processo formativo, em desenvolvimento em parceria com o IEFP, que visa dotar profissionais de competências específicas para o trabalho no domínio das demências.

#### CONTRATAÇÕES

No que diz respeito a contratações no ano de 2022 foram contratados 71 profissionais divididos pelas seguintes categorias profissionais:

- Médicos;
- Terapeutas Ocupacionais;
- Fisioterapeutas;
- Técnicos Superiores Administrativos;
- Animadora Sociocultural;
- Técnica de Cardiopneumologia;
- Empregado de Armazém;
- Enfermeiros;
- Operadoras de lavandaria;
- Auxiliares de Ação Médica;



- Ajudantes de Cozinha;
- Eletricista;
- Auxiliares de Ação Educativa.

Estas contratações tiveram na sua base os programas MAREESS com os quais foram celebrados contratos de trabalho sem termo, o que nos permitiu concorrer ao prémio emprego o qual teve um valor global 414.126 €.

Algumas das contratações identificadas prende-se ainda com a necessidade de substituir profissionais que cessaram funções, aumento da atividade em áreas dos meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica e por necessidade de criação de novo posto de trabalho com vista a dar resposta a uma nova realidade de serviço nomeadamente, resposta às obrigações dos processos de Maiores Acompanhados que são hoje uma constante nos utentes que recebemos no CIDIFAD assim como da necessidade da substituição do Encarregado da Proteção de Dados (*Data Protection Officer*).

### **3.2.2 GABINETE DO UTENTE E CONTENCIOSO**

A sua atuação assenta, sobretudo, na gestão das reclamações dirigidas à SCM Riba D'Ave, resultando num relatório emitido anualmente que permite depois identificar as áreas de intervenção para uma melhoria no atendimento.

Auxilia ainda na execução de processos disciplinares bem como de processos pré- judiciais.

Este Gabinete é ainda integrado pelo DPO da SCM Riba D'Ave que desenvolve ações de formação e elabora documentos com vista ao cumprimento das regras da Proteção de Dados.

### **GABINETE DA QUALIDADE**

Em 2022, para além das suas áreas de intervenção, realizaram-se atividades no âmbito de recomendações emitidas por entidades externas, solicitações de colaboração interna, auditorias e monitorização de indicadores contratualizados, assumindo-se como um importante suporte à definição de novas prioridades e objetivos.

O Departamento assumiu a melhoria contínua da qualidade da Instituição, promovendo o desenvolvimento de processos e normas de atuação organizacional, tendo em vista o prestígio e a

qualidade dos serviços de saúde prestados à comunidade. Neste âmbito, a obtenção da Recertificação do Hospital pela Direção-Geral da Saúde veio consolidar o trabalho desenvolvido.

#### **DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO**

O plano de formação refletiu a continuidade dos projetos iniciados em anos anteriores, privilegiando-se as áreas de formação obrigatória, não só no âmbito do processo de Acreditação em que o Hospital se encontra envolvido, mas também no âmbito das relações contratuais e da legislação aplicável à Instituição.

A concretização do Plano de Formação previsto para 2022 resultou em 910 horas distribuídas pelos vários profissionais da Instituição. A admissão de profissionais na Instituição refletiu-se numa grande reestruturação das equipas e da dinâmica de trabalho, priorizando-se, neste sentido, o acompanhamento dos profissionais na organização e no respetivo serviço, capacitando-os para a prestação de cuidados de saúde.

Relativamente à integração de novos colaboradores, foram realizadas 7.560 horas num universo de 71 profissionais.

No âmbito das atividades desenvolvidas destaca-se ainda o início do processo de acreditação do Departamento de Formação.

#### **3.2.3 SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO E DIETÉTICA**

Em 2022, o Serviço de Alimentação e Dietética continuou a ter a seu cargo as ementas do Hospital, do Centro Infantil e dos serviços com atividade no CIDIFAD.

Foi dada continuidade à gestão do desperdício dos consumos necessários a todas as unidades.

Foi ainda mantido o sistema *Hazard Analysis and Critical Control Point* (HACCP), implementado no Hospital e no Centro Infantil, com a renovação do contrato com a empresa OrtigaQual para a realização de análises microbiológicas, agora também no CIDIFAD.

#### **3.2.4 GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM**

Paralelamente à gestão corrente do portal e das redes sociais Facebook e Instagram da Instituição, no ano de 2022 foi dada uma particular atenção aos serviços prestados pelo CIDIFAD.



Ainda no CIDIFAD foi dedicado um especial apoio na idealização da sinalética de toda a Unidade e na elaboração de *flyers* de apresentação da valência e do Projeto da Capacitação para Condução. Ao longo do ano, foi promovida a execução de diversos itens digitais, como assinaturas, capas e logotipos, bem como a relação com os meios de comunicação social, nomeadamente na divulgação do Seminário “Impacto da Demência na Pessoa, na Família e na Comunidade”. No Facebook o número de seguidores das páginas da Misericórdia teve um crescimento de 7,5%, com especial destaque para o Hospital, ao qual não será alheio o serviço de internamento de medicina de hospitais do SNS, que vieram promover a procura de informação do HNF. Por força do Plano de Contingência à COVID-19, ficou suspensa a elaboração do Boletim Informativo da SCM Riba D’Ave ‘Misericórdia Informa’.

### 3.2.5 SERVIÇO DE INFORMÁTICA

Em 2022, no trabalho desenvolvido pelo Serviço de Informática destacou-se:

- a) A preparação tecnológica para adaptação de equipamentos de meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT).
- b) A monitorização dos ataques cibernéticos.
- c) Elaboração de aplicativos informáticos para os diferentes serviços da SCM Riba D’Ave.
- d) Renovação do *software* da Central Telefónica.
- e) Processo de renovação e reforço do parque de *hardware* da SCM Riba D’Ave.
- f) Ajuste tecnológico das tabelas de preços internas e convencionadas.
- g) Adaptação do sistema i-medical para armazenamento e disponibilização de MCDT, com a adoção de um sistema de reconhecimento de voz, aquisição de um novo visualizador de imagem e criação de VPN para os médicos radiologistas.
- h) Reforço tecnológico no CIP para adoção da caderneta digital e registo biométrico.
- i) Continuidade ao processo de resolução do sistema NUCLeUS.
- j) Continuidade do processo de instalação da Central Telefónica Digital.
- k) Instalação de monitores de alta resolução para diagnóstico no serviço de Imagiologia.

Org. Fi.  
#6  
Lancado

#### 4. ATIVIDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA D´AVE

##### 4.1 HOSPITAL NARCISO FERREIRA

A atividade do Hospital Narciso Ferreira pode ser observada no quadro seguinte:

	2020	2021	2022
Serviço de Atendimento Permanente	41 186	41 837	56 500
Intervenções Cirúrgicas	6 158	6 460	5 896
Consultas Externas	62 540	70 638	80 004
Exames Complementares de Diagnóstico	73 984	87 314	91 440
Tratamentos de Fisioterapia	312 447	390 975	398 608
<b>TOTAL</b>	<b>496 315</b>	<b>597 224</b>	<b>632 448</b>

Fig. 1 - Atividade do Hospital Narciso Ferreira

O fim da generalidade das restrições à COVID-19 impostas pela Direção-Geral da Saúde resultou numa significativa atividade hospitalar, alcançando, mesmo, o seu maior registo. O ano de 2022 contabiliza um crescimento de 5,9%, muito marcado pela confiança dos utentes em se dirigirem ao Serviço de Atendimento Permanente, bem como pela atividade nas consultas externas, realização de exames e tratamento de fisioterapia.

Pela negativa, no entanto, observamos a dinâmica cirúrgica que, fruto da menor emissão de Notas de Transferência e de Vales de Cirurgia, registou uma redução na atividade ao abrigo do Programa SIGIC.

##### 4.2 UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS, SERVIÇO INTERNAMENTO MÉDICO e PAAS

Também na Unidade de Cuidados Continuados se fez sentir o fim das restrições da pandemia, atingindo o maior número de diárias alguma vez alcançado.

No que ao Serviço de Internamento Médico e ao Programa de Acolhimento de Altas Sociais diz respeito, realce, também, para o apoio que ao longo do ano foi disponibilizado ao Serviço Nacional de Saúde, cumprindo a sua posição de parceiro do Estado na área da Saúde.

Esta complementaridade garantiu que, nas instalações do Hospital e do CIDIFAD, a SCM Riba D´Ave tenha acolhido utentes agudos, de retaguarda e altas sociais de hospitais de todo o país,

76 01  
\*8  
*[Handwritten Signature]*

com principal destaque para o Hospital Senhora da Oliveira, de Guimarães, Centro Hospitalar do Médio Ave, Hospital de Braga e Hospital de Penafiel.

Tipo de Valência	Dias de Internamento		
	2020	2021	2022
Longa Duração	5 198	3 983	5 260
Média Duração	6 844	7 107	8 520
Convalescença	7 301	8 234	9 516
SIM e PAAS	2 129	7 707	20 548

Fig. 2 - UICC/SIM/PAAS

Como se pode verificar, a taxa de ocupação na Unidade de Cuidados Continuados foi cumprida em 85% em todas as valências, garantido o financiamento a 100%.

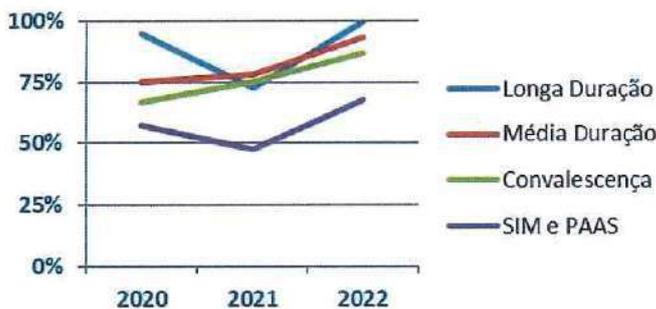


Fig. 3 - Taxa de Ocupação UCC, SIM/PAAS

#### 4.3 CENTRO INFANTIL DE PEVIDÉM

No que diz respeito ao Centro Infantil de Pevidém, contactamos a estabilização no número de inscrições, atingindo-se uma taxa de ocupação próxima do máximo nas diferentes tipologias, nomeadamente com 82 crianças em Creche, 99 em Pré-escolar e 38 em ATL.

O Centro Infantil termina, assim, o ano com 219 crianças inscritas.

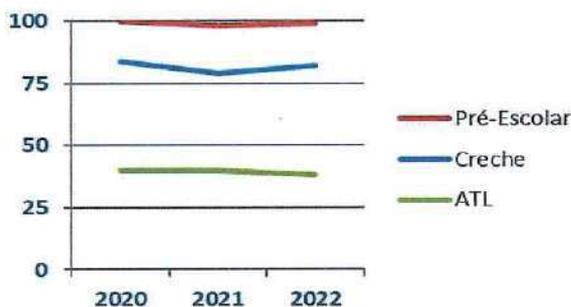


Fig. 4 - Inscrições CIP

## 5. INFORMAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

### 5.1 RESULTADOS

Do período de 2022 ressaltam as duas grandes rubricas relativas ao período:

	2020	2021	2022
Rendimentos	19 203 218 €	21 697 607 €	22 551 876 €
Gastos	18 572 416 €	21 171 245 €	22 501 363 €
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>630 802 €</b>	<b>526 362 €</b>	<b>50 513 €</b>
Evolução dos Rendimentos	-11,11%	12,99%	3,94%
Evolução dos Gastos	-1,39%	13,99%	6,28%

Fig. 5 - Resultado Líquido Anual

Embora tenhamos assistido a um significativo crescimento da atividade da SCM Riba D´Ave, o volume de faturação e de rendimentos limitou-se a 3,9%, o que, contrastando com o um crescimento de gastos de 6,3%, originou o mais baixo resultado líquido da SCM Riba D´Ave dos últimos doze anos.

Fruto de diversas contrariedades, o ano de 2022 não atingiu o volume de rendimentos expectável, apesar de ter sido alcançado o mais elevado valor de sempre, e a despesa evoluiu em rúbricas exógenas à evolução operacional, nomeadamente nos gastos com energia, consumíveis, encargos financeiros e na resultante da atualização do salário mínimo nacional.

Embora o fim da pandemia perspetivasse um ano de viragem e de retoma, o início do conflito militar na Europa acabou por ditar a imposição de novas diretrizes que resultaram numa inflação descontrolada e com o Banco Central Europeu a assumir políticas monetárias para subir a taxa diretora numa tentativa de a suster, resultando no galopante crescimento das Euribor.

Esta realidade acabou por ter um duplo impacto na SCM Riba D´Ave. Se, por um lado, se fez refletir no aumento da despesa com *Compras, Fornecimentos e Serviços Externos e Juros*, por outro, a política orçamental adotada pelo Governo para a execução de apoios sociais de mitigação da inflação, acabou por reduzir a sua capacidade para atualizar os valores das consultas, dos meios complementares de diagnóstico e terapêutica e das cirurgias, ficando, ainda, adiada a

FL. 07

publicação da legislação para a demência que facilitará o acesso das pessoas que sofrem desta patologia aos serviços prestados pelo CIDIFAD.

Os pontos agora descritos, aliados ao aumento das depreciações decorrentes, em particular, do investimento realizado no CIDIFAD e na Unidade de Imagiologia, potenciaram gastos na ordem dos 22.501 mil de euros para rendimentos que se limitaram a 22.551 mil de euros, originado um resultado líquido de 50.513 €.

	2020	2021	2022
Prestação de Serviços	18 938 192 €	21 432 129 €	22 330 568 €
<b>Volume de Negócios</b>	<b>18 938 192 €</b>	<b>21 432 129 €</b>	<b>22 330 568 €</b>
Compras	2 753 958 €	2 636 826 €	2 449 674 €
Forn. Serv. Externos	2 302 439 €	2 723 519 €	3 028 002 €
Encargos com Pessoal	12 330 684 €	14 547 999 €	15 374 730 €
<b>EBITDA</b>	<b>1 551 111 €</b>	<b>1 523 785 €</b>	<b>1 478 162 €</b>
Depreciações	1 089 764 €	1 146 770 €	1 545 457 €
Outros Rendimentos	265 026 €	265 478 €	221 308 €
Outros Gastos	95 571 €	116 131 €	103 500 €
<b>Resultado Líquido</b>	<b>630 802 €</b>	<b>526 362 €</b>	<b>50 513 €</b>

Fig. 6 - EBITDA

	2020	2021	Orç. 2022	2022	Δ Orç. (%)
Rendimentos	19 203 218 €	21 697 607 €	23 247 671 €	22 551 876 €	-2,99%
Gastos	18 572 416 €	21 171 245 €	22 455 423 €	22 501 363 €	0,20%
<b>Meios Libertos</b>	<b>1 720 566 €</b>	<b>1 673 132 €</b>	<b>2 812 481 €</b>	<b>1 595 970 €</b>	<b>-43,25%</b>
Depreciações	1 089 764 €	1 146 770 €	2 020 233 €	1 545 457 €	-23,50%
Investimentos	5 746 982 €	6 431 162 €	619 590 €	2 883 368 €	365,37%
<b>Meios Libertos Líquidos</b>	<b>-4 026 416 €</b>	<b>-4 758 030 €</b>	<b>2 192 891 €</b>	<b>-1 287 398 €</b>	<b>158,71%</b>

Fig. 7 - Meios Libertos Anuais

Apesar do registo histórico de *Rendimentos*, estes não atingiram o volume orçamentado, ficando a 3 pontos percentuais dessa estimativa. No que diz respeito aos *Gastos*, embora a execução orçamental tenha cumprido com o perspectivado, as rubricas onde tiveram mais impacto não foram as inerentes à evolução da atividade e da consequente faturação, tendo sido particularmente nefasta a evolução dos preços da energia, dos consumíveis, das matérias-primas e a resultante da atualização do salário mínimo nacional.

07  
#  
R.  
R.  
R.

Porém, mesmo perante um período muito marcado pela desregulação da inflação, o ano de 2022 conclui-se com meios libertos de 1.6 milhões de euros, registando uma ligeira quebra face ao ano anterior.

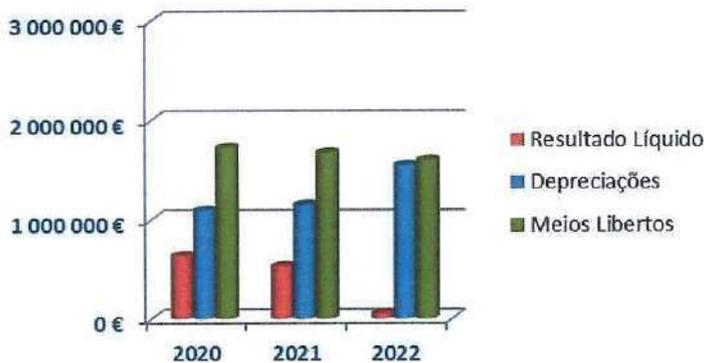


Fig. 8 - Evolução dos Resultados

### 5.1.1 RENDIMENTOS

No que aos rendimentos diz respeito, podemos estabelecer as seguintes comparações:

Rendimentos	2021	Orç. 2022	2022	Δ 21/22 (%)	Δ Orç./22 (%)
Cirurgias	11 548 836 €	11 223 534 €	10 385 843 €	-10,07%	-7,46%
SIM e PAAS	1 351 997 €	2 834 551 €	2 837 851 €	109,90%	0,12%
UCCI	2 140 011 €	2 326 000 €	2 400 026 €	12,15%	3,18%
Consultas	1 525 335 €	1 475 086 €	1 520 952 €	-0,29%	3,11%
MCDT	1 538 496 €	1 588 200 €	1 562 587 €	1,57%	-1,61%
SAP	1 021 492 €	1 119 996 €	1 227 954 €	20,21%	9,64%
Fisioterapia	1 216 487 €	1 080 000 €	1 136 690 €	-6,56%	5,25%
Centro Infantil	749 687 €	779 646 €	844 421 €	12,64%	8,31%
Outros	605 266 €	820 658 €	635 552 €	5,00%	-22,56%
<b>TOTAL</b>	<b>21 697 607 €</b>	<b>23 247 671 €</b>	<b>22 551 876 €</b>	<b>3,94%</b>	<b>-2,99%</b>

Fig. 9 - Rendimentos

Na variação orçamental, constatamos o significativo impacto que a redução das cirurgias no âmbito do Programa SIGIC teve na faturação da SCM Riba D’Ave. Pela positiva, no entanto, verificamos a retoma dos acessos ao SAP e às consultas de especialidade.

Quando comparado com o ano de 2021, é visível um considerável crescimento nas rubricas SIM e PAAS resultante dos acordos estabelecidos para internamento de utentes do SNS. Ainda pela positiva, constatamos uma variação superior a 12% nos rendimentos provenientes da UCC e do CIP fruto da atualização das participações públicas.

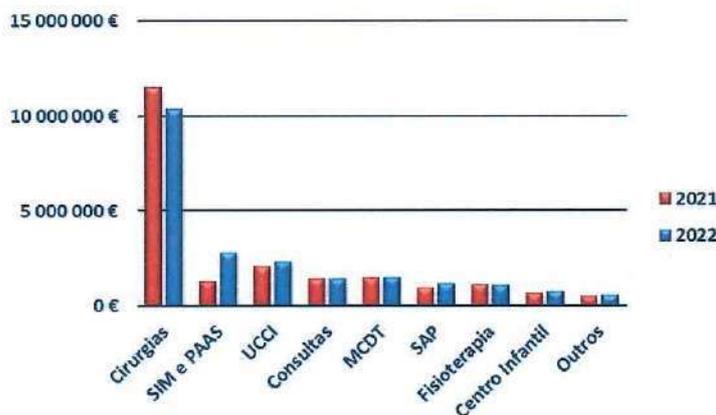


Fig. 10 - Rendimentos

### 5.1.2 GASTOS

Relativamente aos gastos, podemos efetuar as seguintes comparações:

Gastos	2021	Orç. 2022	2022	Δ 21/22 (%)	Δ Orç./22 (%)
Pessoal	9 169 587 €	9 304 524 €	9 947 250 €	8,48%	6,91%
Prestadores	5 378 412 €	5 847 500 €	5 427 480 €	0,91%	-7,18%
Compras	2 636 826 €	2 822 740 €	2 449 674 €	-7,10%	-13,22%
Gastos Correntes	1 023 881 €	837 501 €	1 370 027 €	33,81%	63,59%
Outros	2 034 342 €	2 917 628 €	2 609 102 €	28,25%	-10,57%
Conservação	539 790 €	496 700 €	511 091 €	-5,32%	2,90%
Subcontratos	388 407 €	228 830 €	186 739 €	-51,92%	-18,39%
<b>TOTAL</b>	<b>21 171 245 €</b>	<b>22 455 423 €</b>	<b>22 501 363 €</b>	<b>6,28%</b>	<b>0,20%</b>

Fig. 11 - Gastos

Olhado à execução orçamental, as quebras verificadas nas rubricas *Prestadores*, *Compras* e *Subcontratos* resultam diretamente da diminuição da atividade cirúrgica que ao longo do ano decorreu no Hospital Narciso Ferreira.

07  
#8  
SP.  
Ferreira

**Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba D'Áve**

Se compararmos com o ano de 2021, constatamos uma maior variação nos gastos com *Pessoal*, fruto da atualização do salário mínimo nacional e dos incentivos à natalidade e assiduidade, e em *Gastos Correntes* em resultado das cotações atingidos pelos fornecimentos de gás e de eletricidade e que tiveram um impacto de 430 mil euros.

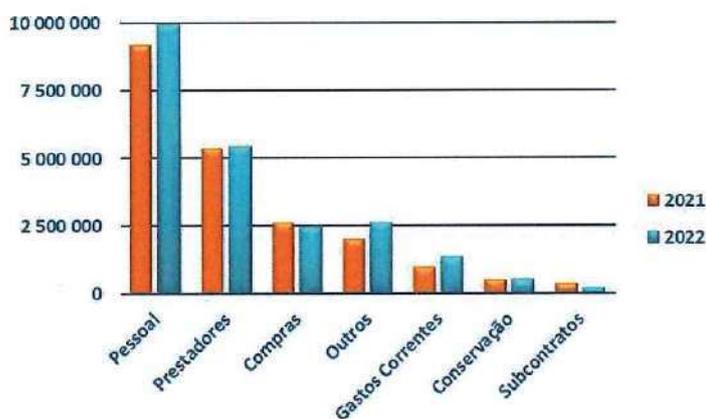


Fig. 12 - Gastos

**5.2 UNIDADES FUNCIONAIS**

**5.2.1 HOSPITAL NARCISO FERREIRA / UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS**

	2020	2021	2022
<b>Rendimento Total</b>	<b>18 463 799 €</b>	<b>20 929 137 €</b>	<b>18 719 555 €</b>
Prestação de Serviços	18 243 127 €	20 672 419 €	18 598 599 €
Outros	220 672 €	256 718 €	120 956 €
<b>Gasto Total</b>	<b>17 845 190 €</b>	<b>20 414 446 €</b>	<b>18 335 621 €</b>
Encargos com Pessoal	11 782 545 €	13 964 950 €	12 463 700 €
Forn. Serv. Externos	2 203 038 €	2 620 912 €	2 309 294 €
Compras	2 709 145 €	2 600 184 €	2 201 647 €
Outros	1 150 462 €	1 228 400 €	1 360 980 €
<b>CONTRIBUTO</b>	<b>618 609 €</b>	<b>514 691 €</b>	<b>383 934 €</b>

Fig. 13 - Contributo HNF e UCC

A quebra de rendimentos vivível resulta, fundamentalmente, da redução da atividade cirúrgica. Esta quebra, porém, não foi devidamente acompanhada pelo recuo dos gastos em

71. 11  
78



resultado da atualização do salário mínimo nacional e do aumento dos preços da energia e das matérias-primas e consumíveis, originando um contributo de 459 mil euros na a atividade social da SCM Riba D´Ave.

### 5.2.2 UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCATIVA

	2020	2021	2022
<b>Rendimento Total</b>	<b>727 773 €</b>	<b>761 153 €</b>	<b>861 165 €</b>
Matrículas/Mensalidades	180 768 €	196 069 €	235 331 €
Comp. Segurança Social	447 144 €	534 781 €	535 435 €
Outros	91 364 €	18 837 €	73 654 €
Cantina Social	8 497 €	11 466 €	16 745 €
<b>Gasto Total</b>	<b>702 406 €</b>	<b>731 923 €</b>	<b>843 535 €</b>
Encargos com Pessoal	548 139 €	583 049 €	611 889 €
Forn. Serv. Externos	74 581 €	72 691 €	108 387 €
Compras	44 813 €	36 642 €	62 058 €
Outros	34 873 €	39 541 €	37 094 €
Cantina Social	12 232 €	16 506 €	24 107 €
<b>CONTRIBUTO</b>	<b>25 367 €</b>	<b>29 230 €</b>	<b>17 630 €</b>

Fig. 14 - Contributo UISE

Também no Centro Infantil foi sentido o efeito da atualização do salário mínimo nacional e o expressivo aumento da energia.

Mesmo com um significativo aumento dos rendimentos em resultado da atualização das participações da Segurança Social, os gastos assumidos na rubrica *Recursos Humanos, Fornecimentos e Serviços Externos* e *Compras* foram decisivos para a quebra do resultado da Unidade de Intervenção Social e Educativa, contribuindo, porém com 17.6 mil euros para o resultado social da SCM Riba D´Ave.

Esta Unidade Funcional, além do Centro Infantil de Pevidém, incorpora a atividade resultante do Programa de Emergência Alimentar - Cantina Social e do Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais Carenciadas.

76  
76  
76

5.2.3 SERVIÇO DE INTERNAMENTO MÉDICO / PROGRAMA DE ACOLHIMENTO DE ALTAS SOCIAIS

	2022
<b>Rendimento Total</b>	<b>2 871 665 €</b>
SIM/PAAS	2 081 474 €
Ambulatório Demência	93 433 €
Outros	696 758 €
<b>Gasto Total</b>	<b>3 222 716 €</b>
Encargos com Pessoal	2 237 582 €
Forn. Serv. Externos	616 502 €
Compras	117 749 €
Outros	250 883 €
<b>CONTRIBUTO</b>	<b>-351 051 €</b>

Fig.15 - Contributo SIM e PAAS

O Serviço de Internamento Médico e o Programa de Acolhimento de Altas Sociais desenvolveram a sua atividade nas instalações no CIDIFAD.

Como se pode verificar, os rendimentos obtidos não foram suficientes face à despesa assumida para a operação destes internamentos, que, uma vez mais, viu-se fortemente afetada pelo aumento do preço da energia e dos recursos humanos.

Embora com uma taxa de ocupação global na ordem dos 68%, esta pode ser dividida em 61% no SIM e 75% no PAAS. Este Programa, resultante de um protocolo entre a União das Misericórdias Portuguesas e o Ministério da Solidariedade Social, ainda que exiba uma taxa de ocupação elevada, apresentava valores de financiamento muito abaixo dos exigidos para a assistência a pessoas com demência, sendo necessária a sua revisão.

Deste modo, perante o baixo financiamento e o elevado custo operacional, estes serviços extensivos à ação social do Estado representaram um contributo negativo de 351 mil euros para a SCM Riba D´Ave.

## 5.3 BALANÇO

	2020	2021	2022
<b>ATIVO</b>	<b>39 283 307 €</b>	<b>42 994 709 €</b>	<b>43 917 814 €</b>
Ativo Não Corrente	27 060 116 €	32 401 108 €	33 771 333 €
Ativo Corrente	12 223 191 €	10 593 601 €	10 146 481 €
Inventários	379 168 €	422 934 €	418 864 €
Dívidas de Terceiros	9 647 000 €	9 201 050 €	9 006 259 €
Meios Financeiros Líquidos	2 197 022 €	969 617 €	721 358 €
<b>PASSIVO</b>	<b>18 246 589 €</b>	<b>21 475 816 €</b>	<b>22 389 438 €</b>
Passivo Não Corrente	8 196 151 €	12 732 987 €	12 851 279 €
Passivo Corrente	10 050 438 €	8 742 829 €	9 538 159 €
Financiamento Externo	2 613 700 €	2 424 350 €	3 387 556 €
Fornecedores	1 901 664 €	1 752 516 €	1 791 466 €
Prestadores de Serviços	910 954 €	742 940 €	684 849 €
Outros	4 624 120 €	3 823 023 €	3 674 288 €
<b>PATRIMÓNIO</b>	<b>21 036 718 €</b>	<b>21 518 893 €</b>	<b>21 528 376 €</b>
Fundos Patrimoniais	20 405 917 €	20 992 531 €	21 477 863 €
Resultado Líquido	630 802 €	526 362 €	50 513 €

Fig. 16 - Balanço

No *Ativo Não Corrente* podemos verificar o investimento que se encontra praticamente concluído no Centro de Investigação, Diagnóstico, Formação e Acompanhamento das Demências, no valor total de 19.7 milhões de euros.

Já no *Ativo Corrente*, a rubrica *Dívidas de Terceiros* regista uma quebra de 2,1%, resultante da liquidação de 3.9 milhões de euros da faturação do Programa SIGIC, SIM e PAAS. A redução de 26% verificado nos *Meios Financeiros Líquidos* decorre da amortização do financiamento JESSICA que se encontra a ser concretizada e que já permitiu a devolução de 1.7 milhões de euros.

No que diz respeito ao *Passivo*, o crescimento a curto prazo resulta do recurso aos financiamentos de *leasing*, de apoio à tesouraria e para a aquisição do imóvel *Casa Conde de Riba D'Ave*.

Embora os últimos anos apresentem um significativo crescimento do peso da dívida sobre os rendimentos, este resultou dos necessários financiamentos para a concretização dos investimentos, tendo, no entanto, estabilizado nos 99%.

DN P1.  
#  
Dobson

**Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba D’Ave**

Embora o *Passivo* evidencie um crescimento de 4,3%, este é ultrapassado pelo crescimento de 923 mil euros do *Ativo*, permitindo à SCM Riba D’Ave atingir o mais elevado valor alguma vez concretizado e garantindo um Património Líquido de 21.528 mil de euros.

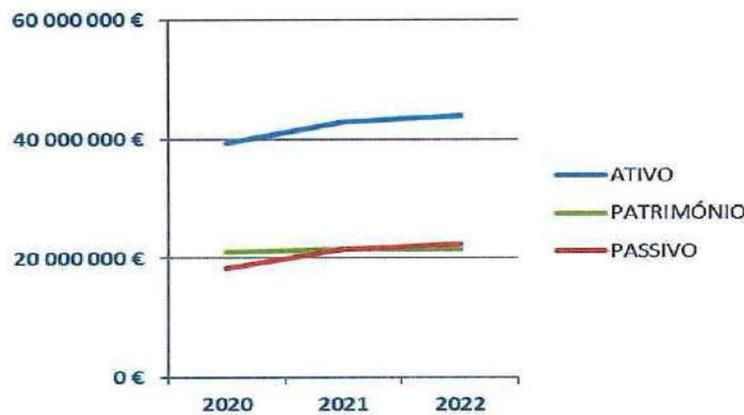


Fig. 17 - Evolução do Património

Fruto do mais baixo resultado atingido e da necessidade excecional de capital externo, pela primeira vez, desde 2010, o *Passivo* supera a *Situação Líquida* da SCM Riba D’Ave. Esta posição será revertida com a expectável melhoria dos resultados e a regular amortização da dívida contraída para a concretização dos investimentos.

**5.4 INVESTIMENTOS**

Através do seguinte quadro, observamos a evolução dos investimentos da SCM Riba D’Ave:

	2020	2021	2022
Edifícios	0 €	0 €	714 534 €
Terrenos	0 €	0 €	1 497 058 €
Equipamento Diverso	686 643 €	3 148 699 €	376 687 €
Investimentos em Curso	5 060 339 €	3 282 463 €	295 089 €
<b>Total</b>	<b>5 746 982 €</b>	<b>6 431 162 €</b>	<b>2 883 368 €</b>

Fig. 18 - Investimentos

Com a empreitada do CIDIFAD praticamente concluída, o ano de 2022 é marcado pelo investimento concretizado pela SCM Riba D’Ave na aquisição da *Casa Conde de Riba D’Ave*. Este

investimento, no valor de 2.2 milhões de euros, visa dar sequência ao Compromisso da SCM Riba D’Ave com a implantação de respostas sociais na área da habitação, educação e assistência aos mais idosos.

### 5.5 FUNDO DE MANEIO

A quebra de 4,2% do *Ativo Corrente* que, como verificamos, foi canalizado para a amortização do financiamento JESSICA e o crescimento do *Passivo Corrente* em 9,1% fruto do financiamento para a aquisição da *Casa Conde de Riba D’Ave*, no valor de 1.8 milhões de euros, potenciou o recuo do Fundo de Maneio para os 608 mil euros, perspetivando-se, agora, o início da sua recuperação.

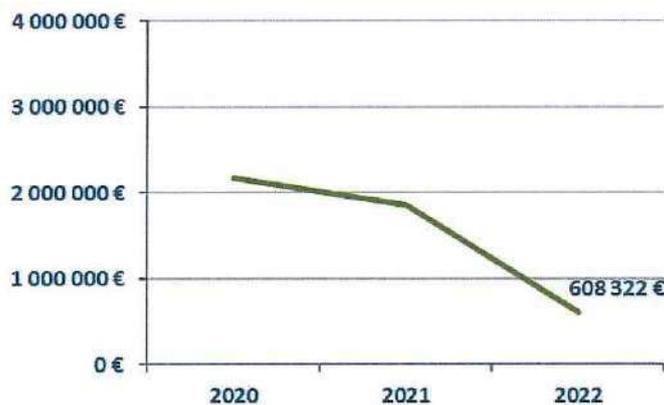


Fig. 19 - Evolução do Fundo de Maneio

### 5.6 RECURSOS HUMANOS

O ano de 2022 terminou com 505 colaboradores do quadro e 358 trabalhadores independentes ao serviço da SCM Riba D’Ave, totalizando 863 elementos.

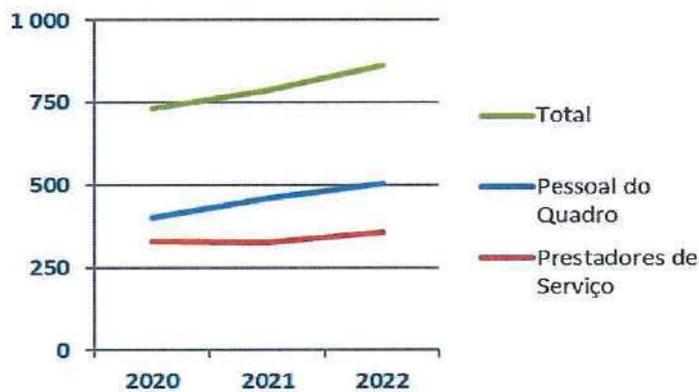


Fig. 20 - Evolução dos Recursos Humanos

DA Fl.  
#6  
Bacini

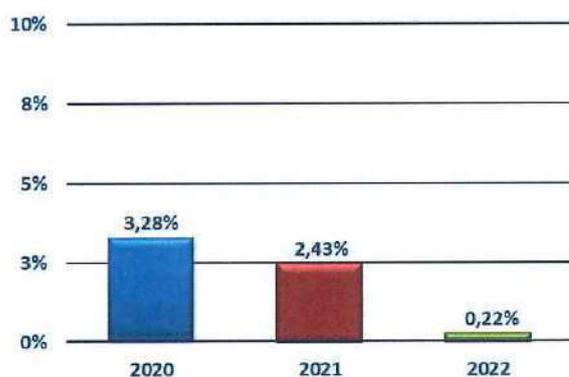
## Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba D'Ave

O crescimento dos colaboradores resulta da necessidade de cumprir com o SIM e o PAAS, dois serviços conjunturais que foram reforçados com recursos humanos que, na sua maioria, integrarão a atividade do CIDIFAD.

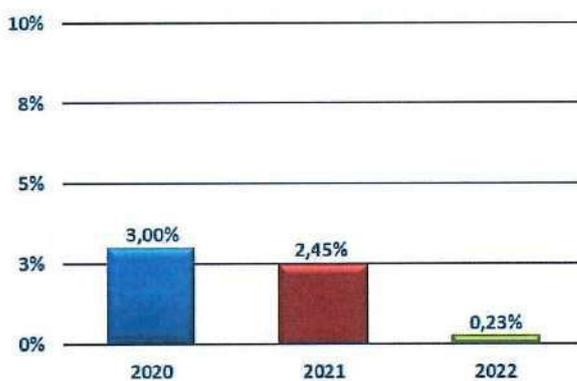
### 5.7 RÁCIOS

#### 5.7.1 RENDIBILIDADE

##### Rendimentos



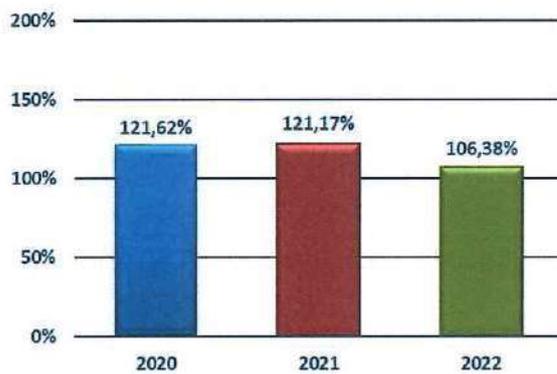
##### Capitais Próprios



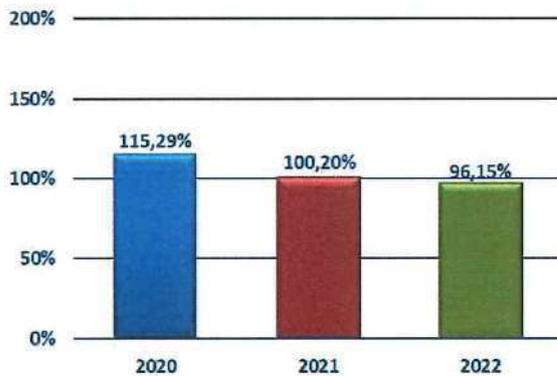
Fl. 01  
*[Handwritten signature]*

### 5.7.2 TESOURARIA E ESTRUTURA FINANCEIRA

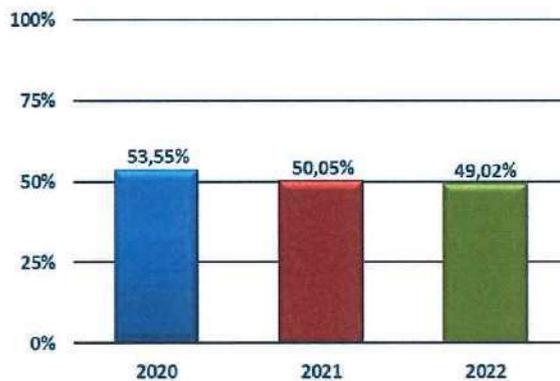
#### Coeficiente de Liquidez



#### Solvabilidade



#### Autonomia Financeira

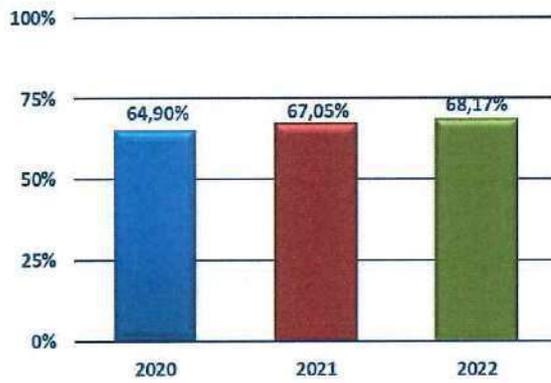


PM  
#8 77.  
Davi

## Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riha D'Ave

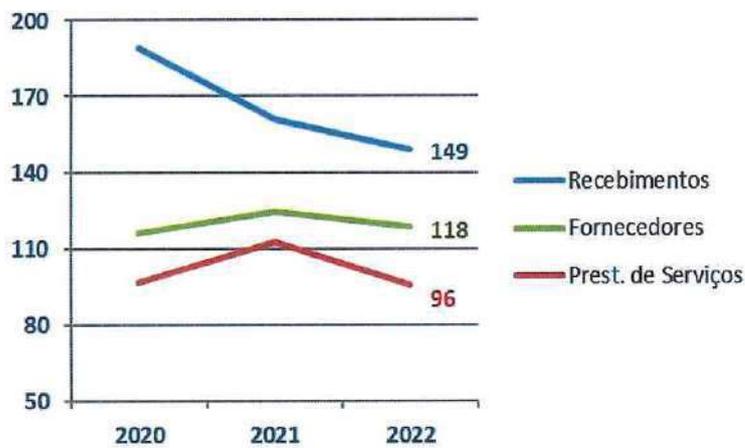
### 5.7.3 OPERATIVOS

#### Gastos com Pessoal/Rendimentos



#### Prazo Médio de Recebimentos e Pagamentos

(dias)





## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antecipando um ano que marcaria o decretar do fim da pandemia COVID-19, o orçamento da SCM Riba D´Ave para 2022 perspetivava um período de viragem face aos anos de 2020 e 2021. De facto, o fim da pandemia acabou por se concretizar mas foi instantaneamente substituído por uma guerra infame e por todos os malefícios dela resultantes.

No entanto, não foi motivo para que em 2022 a SCM Riba D´Ave não atingisse a sua maior atividade se sempre, refletida no mais elevado volume de rendimentos alguma vez alcançado.

Embora o ano de 2021 tenha terminado com uma taxa de inflação de 1,3%, o mês de dezembro apresentou um Índice de Preços no Consumidor de 2,8%, com os produtos energéticos a registarem uma variação de 11,2% o que, com o deflagrar do conflito militar, foi potenciado ao longo do ano para valores de energia nunca antes verificados e níveis de inflação históricos. Aliado a esta realidade, a galopante atualização do Salário Mínimo Nacional que anualmente vem sendo exigido e, ao contrário das empresas do setor privado, sem qualquer apoio por parte do Estado, e o aumento das taxas Euribor, influenciaram fortemente os gastos da instituição.

Em sentido inverso e influenciado pela mesma conjectura que assolou o país e a Europa, o adiamento dos acordos prometidos pela tutela para a estruturação das respostas sociais prestadas pelo CIDIFAD e a atualização dos valores do Programa de Altas Sociais, adicionados ao fim da atribuição do Incentivo à Produção do Contrato-Programa, condicionaram fortemente a ação social da SCM Riba D´Ave, bem como os resultados apresentados neste Relatório.

No entanto, perante o conturbado ano que vivemos, é de realçar o nível de meios libertos alcançado pela SCM Riba D´Ave, confirmando a estabilidade financeira da Instituição, bem como o cumprimento dos investimentos realizados.

Continua a SCM Riba D´Ave a manter uma política de organização do trabalho, com as melhores condições para os seus funcionários e colaboradores e uma maior diferenciação profissional, uma boa autonomia económica e financeira, visível na capacidade para assumir compromissos a curto, médio e a longo prazo, e a contínua capacidade para dar corpo ao cumprimento de indicadores de qualidade e de segurança dos utentes.

## 7. PROPOSTAS

1. Que seja aprovado o Relatório de Atividades e Contas do período de 2022.
2. Que o Resultado Líquido obtido, positivo no valor de 50.513 €, seja mantido na conta de Resultados Transitados.
3. Que seja aprovado um voto de louvor a todos os funcionários, colaboradores e Comissão Executiva da Santa Casa da Misericórdia de Riba D´Ave, pela meritória atividade desenvolvida ao longo do período.

Riba D´Ave, 9 de março de 2023

A Mesa Administrativa da SCM Riba D´Ave

*Luís António de Almeida*  
*Pr. M. B. V.*

*Franco Alves*

*Frei Luís de Jesus*

*D. António*      *Luís*      *M. B. V.*

*João*

**IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE  
RIBA DE AVE**



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
2022**

DN #6  
Flg. JS  
Bancas

**Índice**

Balanço em 31 de dezembro de 2022..... 47  
Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de dezembro de 2022..... 48  
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022..... 49  
Demonstração dos Fluxos de Caixa no período findo em 31 de dezembro de 2022..... 50  
Anexo em 31 de dezembro de 2022 ..... 51

## Balço em 31 de dezembro de 2022

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2022	31-12-2021
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	33 683 473,72	32 330 365,63
Investimentos financeiros	5	87 860,07	70 742,30
Subtotal		33 771 333,79	32 401 107,93
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	6	418 863,70	422 933,88
Créditos a receber	7	5 355 690,43	5 192 893,50
Estado e outros entes públicos	8	701 611,90	713 308,24
Diferimentos	9	9 139,87	7 165,14
Outros ativos correntes	10	3 017 900,64	3 287 683,38
Caixa e depósitos bancários	11	721 357,61	969 616,61
Subtotal		10 224 564,15	10 593 600,75
<b>Total do Ativo</b>		<b>43 995 897,94</b>	<b>42 994 708,68</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	12	4 073 354,35	4 073 354,35
Reservas		36 132,88	36 132,88
Resultados transitados		16 281 723,76	15 755 362,11
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	13	1 086 651,71	1 127 682,04
Resultado líquido do período		50 513,49	526 361,65
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>21 528 376,19</b>	<b>21 518 893,03</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		-	-
Financiamentos obtidos	14	12 517 899,00	12 732 987,19
Subtotal		12 517 899,00	12 732 987,19
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	15	2 501 758,04	2 495 455,83
Estado e outros entes públicos	8	507 327,76	488 653,13
Financiamentos obtidos	14	3 720 935,75	2 424 349,66
Diferimentos	9	4 813,62	19 777,00
Outros passivos correntes	16	3 214 787,58	3 314 592,84
Subtotal		9 949 622,75	8 742 828,46
<b>Total do passivo</b>		<b>22 467 521,75</b>	<b>21 475 815,65</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>43 995 897,94</b>	<b>42 994 708,68</b>

Riba D'Ave, 28 de fevereiro de 2023

O Contabilista Certificado, n.º 9.602

Manuel de Sousa Torres

A Mesa Administrativa

Francisco de Sá  
João F. M. B. P.  
Francisco de Sá  
Francisco de Sá  
Francisco de Sá

## Demonstração dos Resultados por Naturezas no período findo em 31 de dezembro de 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	17	20 092 352,36	20 420 673,07
Subsídios, doações e legados à exploração	18	1 446 986,11	783 380,39
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(2 449 673,58)	(2 636 825,95)
Fornecimentos e serviços externos	20	(8 429 528,12)	(8 056 139,57)
Gastos com o pessoal	21	(9 947 250,03)	(9 169 587,69)
Provisões (aumentos/reduções)	0		
Outros rendimentos	22	1 012 065,12	492 260,29
Outros gastos	23	(86 444,56)	(146 625,49)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>1 638 507,30</b>	<b>1 687 135,05</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(1 545 457,17)	(1 146 770,01)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>93 050,13</b>	<b>540 365,04</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	24	472,45	1 293,55
Juros e gastos similares suportados	24	(43 009,09)	(15 296,94)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>50 513,49</b>	<b>526 361,65</b>
Imposto sobre o rendimento do período	14		
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>50 513,49</b>	<b>526 361,65</b>

Riba D' Ave, 28 de fevereiro de 2023

O Contabilista Certificado, n.º 9.602

Manuel da Silva Gomes

A Mesa Administrativa  
 - Fernando Ribeiro  
 José X - M. A. B.  
 Fm. L. A. B.  
 José L. A. B. - M. A. B.

D. J. A. M.

## Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no período findo em 31 de dezembro de 2022

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	6	4 073 354,35	36 132,88	15 755 362,11	1 127 682,04	526 361,65	21 518 893,03
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13			526 361,65	(41 030,33)	(526 361,65)	(41 030,33)
	7	-	-	526 361,65	(41 030,33)	(526 361,65)	(41 030,33)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					50 513,49	50 513,49
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8					50 513,49	50 513,49
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2022	6+7+8+10	4 073 354,35	36 132,88	16 281 723,76	1 086 651,71	50 513,49	21 528 376,19

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	1	4 073 354,35	36 132,88	15 124 560,41	1 171 868,86	630 801,70	21 036 718,20
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13	-	-	630 801,70	(44 186,82)	(630 801,70)	(44 186,82)
	2	-	-	630 801,70	(44 186,82)	(630 801,70)	(44 186,82)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					526 361,65	526 361,65
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3					526 361,65	526 361,65
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2021	6=1+2+3+5	4 073 354,35	36 132,88	15 755 362,11	1 127 682,04	526 361,65	21 518 893,03

Riba D' Ave, 28 de fevereiro de 2023

O Contabilista Certificado, n.º 9.602

*Manuel do Espírito Santo*

A Mesa Administrativa

*Teófilo de Almeida*

*João Paulo*

*Francisco*

*João Luís*

*António*

## Demonstração dos Fluxos de Caixa no período findo em 31 de dezembro de 2022

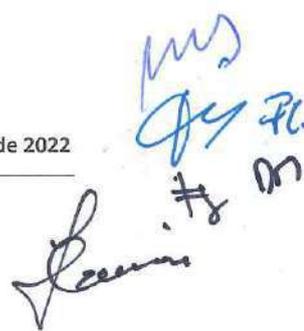
RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividade operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		21 514 626,49	24 356 442,22
Pagamento a fornecedores		(11 003 730,81)	(11 512 740,85)
Pagamentos ao pessoal		(8 082 186,41)	(7 826 065,86)
Caixa gerada pelas operações		2 428 709,27	5 017 635,51
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(2 323 407,28)	(3 251 961,20)
Outros recebimentos/pagamentos			
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		105 301,99	1 765 674,31
<b>Fluxos de caixa das atividade de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	(466 086,90)	(4 494 177,34)
Investimentos financeiros		(29 750,22)	(23 020,61)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Investimentos financeiros		12 632,95	2 422,08
Subsídios ao investimento			-
Juros e rendimentos similares		472,45	1 293,55
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		(482 731,72)	(4 513 482,32)
<b>Fluxos de caixa das atividade de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		3 195 000,00	1 995 922,46
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(2 919 660,89)	(460 223,13)
Juros e gastos similares		(146 168,38)	(15 296,94)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		129 170,73	1 520 402,39
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(248 259,00)	(1 227 405,62)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	11	969 616,61	2 197 022,23
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	721 357,61	969 616,61

Riba D´Ave, 28 de fevereiro de 2023

O Contabilista Certificado, n.º 9.602

*Manuel de Sousa*

A Mesa Administrativa  
*Sumário e Riba D´Ave*  
*Proj. - M. H. F.*  
*Franco, J. S.*  
*Jos. Loureiro, Alceu Loureiro*  
*J. de Almeida*



## Anexo em 31 de dezembro de 2022

### 1. Identificação da Entidade

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba D´Ave (ISCMRA) é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com sede na Rua 25 de abril, freguesia de Riba D´Ave, concelho de Vila Nova de Famalicão e distrito de Braga. Instituída no ano de 1927, é uma associação de fiéis com personalidade jurídica, canónica e civil.

A Irmandade está reconhecida como IPSS, mediante participação escrita da sua ereção canónica feita pelo Ordinário Diocesano aos serviços competentes do Estado e rege-se pelo Código do Direito Canónico e pela lei civil, simultaneamente, conforme o caso.

A sua atividade principal está definida pela CAE 85110 - Atividades dos Estabelecimentos de Saúde com Internamento, através do Hospital Narciso Ferreira, designação adotada em 1933. Tem como atividades secundárias, a Educação Pré-Escolar (CAE 85100) e Atividades de Cuidados para Crianças sem Alojamento (CAE 88910).

A SCM Riba D´Ave exerce a sua ação, no campo social, através da prática das 14 Obras de Misericórdia, tanto espirituais como corporais, mantendo, no plano especificamente religioso, o culto divino na sua Igreja.

Compete-lhe, nomeadamente:

- Manter as obras sociais existentes e promover o seu desenvolvimento;
- Cooperar com quaisquer entidades públicas ou privadas na satisfação de carências sociais, materiais ou morais, da população;
- Conservar, valorizar e divulgar o seu património com valor histórico e artístico;
- Gerir o seu valor social, segundo critérios de eficiência e sustentabilidade.

Os Corpos Sociais da ISCMRA são a **Assembleia Geral**, a **Mesa Administrativa** e o **Definitório**, sendo os seus elementos eleitos em lista completa pelo período de quatro anos civis, podendo eventualmente ser reeleitos.

A **Assembleia Geral** é composta pela reunião de irmãos inscritos no pleno gozo dos seus direitos. A **Mesa Administrativa** é constituída por um provedor, um vice-provedor, um secretário e um vogal suplente.

Org. Fl.  
#8  
Decreto

O **Definitório** é composto por três membros efetivos, um presidente, dois vogais e dois suplentes, competindo-lhe, nomeadamente, exercer a fiscalização sobre a escrituração e documentos da Instituição, sempre que tal se julgar conveniente.

As presentes demonstrações financeiras da entidade são as suas demonstrações financeiras individuais e compreendem o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022.

Os membros da Mesa Administrativa, que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da entidade.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

## **2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março e republicada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido diploma, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

## **3. Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1. Bases de apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Fl. 105  
105  
105  
105  
105

### 3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Mesa Administrativa entende que a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins. Nesta conformidade, as demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte de 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade.

### 3.1.2. Regime do acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo reconhecidos contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos nas respetivas contas das rubricas "Outros ativos correntes", "Outros passivos correntes" e "Diferimentos".

### 3.1.3. Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### 3.1.4. Materialidade e agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6. Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## 3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

### 3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os "Ativos fixos tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente reconhecido, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são reconhecidas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de possibilitar atividades presentes e futuras adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	indefenida
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros ativos fixos tangíveis	4

Fr. [Handwritten signature]  
 117  
 [Handwritten signature]

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

### 3.2.2. Inventários

Os "Inventários" estão reconhecidos ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é reconhecida como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.3. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;

- DA #8 99
- o. Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Clientes e Outros ativos correntes

Os “*Clientes*” e as “*Outros ativos correntes*” encontram-se reconhecidas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são reconhecidas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano. Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

#### Caixa e depósitos bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e Outros passivos correntes

As dívidas reconhecidas em “*Fornecedores*” e “*Outros passivos correntes*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.4. Fundos Patrimoniais**

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### **3.2.5. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a

Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos pela Entidade como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Entidade, sendo objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

### 3.2.6. Financiamentos obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo obtidos*” encontram-se reconhecidos, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos financeiros*” de “*Empréstimos obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

ms  
Jy  
01  
JL.  
Lacini

Os "Encargos financeiros" não relacionados com ativos são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

### 3.2.7. Estado e outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no art.º 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2019 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

### 3.2.8. Benefício dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Mesa Administrativa. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo

*ms*  
*on*  
*#8*  
*70.*  
*Scamini*

somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

### 3.2.1. Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios e outros apoios das entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis estão reconhecidos na rubrica "Outras variações no capital próprio" do Capital próprio, líquidos do montante de imposto a pagar (conforme previsto na nota de enquadramento da conta "593 Subsídios"), e: - quando relativos a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, são imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem; - quando relativos a ativos fixos tangíveis não depreciables, mantidos nos Capitais Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos, na rubrica "Financiamentos obtidos".

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e reconhecidos, com o desenvolvimento de estágios profissionais, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

### 3.2.2. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa e depósitos à ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

### 3.2.3. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Mesa Administrativa foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

### 3.2.4. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

## 4. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo em 01-01-2022	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Saldo em 31-12-2022
<b>Custo</b>				
Terrenos e recursos naturais	2.893.412,57	1.497.058,79	-	4.390.471,36
Edifícios e outras construções	31.435.767,69	1.009.623,47	-	32.445.391,16
Equipamento básico	11.734.938,07	255.138,42	-	11.990.076,49
Equipamento de transporte	108.056,15	-	(24.870,12)	83.186,03
Equipamento administrativo	1.877.431,45	60.057,34	-	1.937.488,79
Outros ativos fixos tangíveis	1.136.312,26	86.360,47	-	1.222.672,73
<b>Total</b>	<b>49.185.918,19</b>	<b>2.908.238,49</b>	<b>(24.870,12)</b>	<b>52.069.286,56</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Edifícios e outras construções	6.766.584,14	481.366,61	-	7.247.950,75
Equipamento básico	8.038.669,53	798.047,59	-	8.836.717,12
Equipamento de transporte	76.871,12	8.336,26	(15.196,89)	70.010,49
Equipamento administrativo	1.265.374,05	164.427,68	-	1.429.801,73
Outros ativos fixos tangíveis	708.053,72	93.279,03	-	801.332,75
<b>Total</b>	<b>16.855.552,56</b>	<b>1.545.457,17</b>	<b>(15.196,89)</b>	<b>18.385.812,84</b>
<b>Quantia escriturada</b>				<b>33.683.473,72</b>

ms  
 Te.  
 DA  
 #  
 Docum?

Descrição	Saldo em 01-01-2021	Aquisições / Aumentos	Saldo em 31-12-2021
<b>Custo</b>			
Terrenos e recursos naturais	2.893.412,57	-	2.893.412,57
Edifícios e outras construções	27.788.083,23	3.647.684,46	31.435.767,69
Equipamento básico	9.810.959,98	1.923.978,09	11.734.938,07
Equipamento de transporte	108.056,15	-	108.056,15
Equipamento administrativo	1.191.374,96	686.056,49	1.877.431,45
Outros ativos fixos tangíveis	926.868,31	209.443,95	1.136.312,26
<b>Total</b>	<b>42.718.755,20</b>	<b>6.467.162,99</b>	<b>49.185.918,19</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>			
Edifícios e outras construções	6.293.703,41	472.880,73	6.766.584,14
Equipamento básico	7.516.224,68	522.444,85	8.038.669,53
Equipamento de transporte	60.245,66	16.625,46	76.871,12
Equipamento administrativo	1.194.327,44	71.046,61	1.265.374,05
Outros ativos fixos tangíveis	644.281,36	63.772,36	708.053,72
<b>Total</b>	<b>15.708.782,55</b>	<b>1.146.770,01</b>	<b>16.855.552,56</b>
<b>Quantia escriturada</b>			<b>32.330.365,63</b>

## 5. Investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica "Investimentos financeiros" tinha a seguinte composição:

Descrição	Saldo em 01-01-2022	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2022
Fundo de Compensação	70 331,57	29 750,72	(12 632,95)	87 449,34
Fundo de Reestruturação do Setor Solidário	410,73	-	-	410,73
<b>Total</b>	<b>70 742,30</b>	<b>29 750,72</b>	<b>(12 632,95)</b>	<b>87 860,07</b>

Descrição	Saldo em 01-01-2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2021
Fundo de Compensação	49 733,04	23 020,61	(2 422,08)	70 331,57
Fundo de Reestruturação do Setor Solidário	410,73	-	-	410,73
<b>Total</b>	<b>50 143,77</b>	<b>23 020,61</b>	<b>(2 422,08)</b>	<b>70 742,30</b>

Nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, e da Portaria n.º 294-A/2013, de 30 de setembro, a Entidade é obrigada a efetuar, para os fundos de compensação, entregas de 1%, para os fundos de compensação, sobre as remunerações base e diuturnidades dos trabalhadores contratados após 1 de outubro de 2013.

A entidade empregadora é responsável pelo pagamento aos seus trabalhadores da totalidade da compensação que estes tenham direito na sequência da cessação do respetivo contrato de trabalho. Neste contexto, é de esperar que, despedido o trabalhador, o empregador lhe pague a aquele valor. Este regime visa dar resposta às situações que não decorrem conforme previsto, ou seja, quando o empregador não paga, total ou parcialmente, ao trabalhador que despediu a compensação a que este tem direito. Ao obrigar a entidade empregadora a constituir uma poupança específica para o pagamento das compensações a que os seus trabalhadores tenham direito em caso de despedimento e ao criar um mecanismo que assegura a cobertura do remanescente até perfazer 50% daquele montante, garante-se que o trabalhador despedido receberá, sempre, pelo menos metade do valor a que tem direito. A garantia que este novo regime assegura não poderá ser acionada caso o empregador pague ao trabalhador um valor maior ou igual a 50% da compensação a que este tenha direito.

As entregas a efetuar pelas entidades empregadoras ao FCT correspondem a 0,925% da retribuição base e diuturnidades por cada trabalhador abrangido.

O Decreto-Lei n.º 165-A/2013, de 23 de dezembro, cria e estabelece o Fundo de Reestruturação do Setor Solidário (FRSS). O FRSS destina-se a apoiar a reestruturação e a sustentabilidade económica e financeira das Instituições Particulares de Solidariedade Social e equiparadas, permitindo a manutenção do regular funcionamento e desenvolvimento das respostas e serviços sociais que estas entidades prestam.

## 6. Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-01-2022	Compras	Reclassificações e regularizações	CMVMC em 2022	Inventário em 31-12-2022
Mercadorias	8.578,02	10.942,16	9.709,00	10.147,45	19.081,73
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	414.355,86	2.435.243,81	(10.291,57)	2.439.526,13	399.781,97
<b>Total</b>	<b>422.933,88</b>	<b>2.446.185,97</b>	<b>(582,57)</b>	<b>2.449.673,58</b>	<b>418.863,70</b>

Descrição	Inventário em 01-01-2021	Compras	Reclassificações e regularizações	CMVMC em 2021	Inventário em 31-12-2021
Mercadorias	20.987,24	-	9.741,76	22.150,98	8.578,02
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	358.181,22	2.681.171,73	(10.322,12)	2.614.674,97	414.355,86
<b>Total</b>	<b>379.168,46</b>	<b>2.681.171,73</b>	<b>(580,36)</b>	<b>2.636.825,95</b>	<b>422.933,88</b>

## 7. Créditos a receber

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
<b>Clientes e Utentes c/c</b>	<b>5.370.176,19</b>	<b>5.207.379,26</b>
Clientes	5.370.176,19	5.207.379,26
<b>Clientes e Utentes cobrança duvidosa</b>	<b>14.485,76</b>	<b>14.485,76</b>
Clientes	14.485,76	14.485,76
<b>Total</b>	<b>5.355.690,43</b>	<b>5.192.893,50</b>

## 8. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	701.611,90	713.308,24
<b>Total</b>	<b>701.611,90</b>	<b>713.308,24</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3.933,40	16.744,18
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	155.230,90	167.815,59
Segurança Social	345.275,51	302.027,27
Outros Impostos e Taxas	2.887,61	2.066,09
<b>Total</b>	<b>507.327,42</b>	<b>488.653,13</b>

## 9. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Seguros	8.986,61	7.088,51
Outros	153,26	76,63
<b>Total</b>	<b>9.139,87</b>	<b>7.165,14</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Outros	4.813,62	19.777,00
<b>Total</b>	<b>4.813,62</b>	<b>19.777,00</b>

## 10. Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Adiantamentos ao pessoal	12.926,24	6.856,10
Devedores por acréscimos de rendimentos	2.799.780,87	3.148.862,92
Entidades devedores por subsídios	147.447,03	112.882,07
Outros devedores	57.746,50	19.082,29
Perdas por Imparidade	-	-
<b>Total</b>	<b>3.017.900,64</b>	<b>3.287.683,38</b>

## 11. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Caixa	9 983,74	12 737,37
Depósitos à ordem	711 373,87	855 786,65
Depósitos a prazo	-	101 092,59
<b>Total</b>	<b>721 357,61</b>	<b>969 616,61</b>

## 12. Fundos patrimoniais

Nos "Fundos patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-01-2021	Aumentos / Diminuições	Saldo em 01-01-2022	Aumentos / Diminuições	Saldo em 31-12-2022
Fundos	4.073.354,35	-	4.073.354,35	-	4.073.354,35
Reservas	36.132,88	-	36.132,88	-	36.132,88
Resultados transitados	15.124.560,41	630.801,70	15.755.362,11	526.361,65	16.281.723,76
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	1.171.868,86	(44.186,82)	1.127.682,04	(41.030,33)	1.086.651,71
Resultado líquido do período	630.801,70	(104.440,05)	526.361,65	(475.848,16)	50.513,49
<b>Total</b>	<b>21.036.718,20</b>	<b>482.174,83</b>	<b>21.518.893,03</b>	<b>9.483,16</b>	<b>21.528.376,19</b>

## 13. Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais

Saldos desta rubrica, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresentavam-se como segue:

Descrição	Saldo em 01-01-2021	Aumentos / Diminuições	Saldo em 01-01-2022	Aumentos / Diminuições	Saldo em 31-12-2022
Subsídios ao investimento	1 171 868,86	(44 186,82)	1 127 682,04	(41 030,33)	1 086 651,71
<b>Total</b>	<b>1 171 868,86</b>	<b>(44 186,82)</b>	<b>1 127 682,04</b>	<b>(41 030,33)</b>	<b>1 086 651,71</b>

## 14. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a entidade apresentava os seguintes valores relativos a "Financiamentos obtidos":

Descrição	31-12-2022			31-12-2021		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	3 080 639,00	11 678 847,00	14 759 486,00	1 997 534,00	11 893 633,00	13 891 167,00
Locações Financeiras	640 297,00	839 052,00	1 479 349,00	426 815,66	839 354,19	1 266 169,85
<b>Total</b>	<b>3 720 936,00</b>	<b>12 517 899,00</b>	<b>16 238 835,00</b>	<b>2 424 349,66</b>	<b>12 732 987,19</b>	<b>15 157 336,85</b>

Os prazos de reembolso dos empréstimos bancários são os seguintes:

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
	Capital	Capital
Até um ano	3.080.638,75	1.997.533,50
De um a cinco anos	7.456.301,00	7.569.432,00
Mais de cinco anos	4.222.546,00	4.324.201,50
<b>Total</b>	<b>14.759.485,75</b>	<b>13.891.167,00</b>

Os planos de reembolso das locações, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
	Capital	Capital
Até um ano	640.297,00	426.815,66
De um a cinco anos	839.052,00	839.354,19
<b>Total</b>	<b>1.479.349,00</b>	<b>1.266.169,85</b>

## 15. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Fornecedores c/c	2 501 758,04	2 495 455,83
<b>Total</b>	<b>2 501 758,04</b>	<b>2 495 455,83</b>

## 16. Outros passivos correntes

A rubrica de "Outros passivos correntes" é discriminada da seguinte forma:

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
	Corrente	Corrente
<b>Outras dívidas a pagar</b>		
Fornecedores de Investimentos	482.984,13	686.489,18
Credores por acréscimos de gastos	2.272.758,53	2.119.825,23
Estimativa de férias	1.358.494,84	1.156.644,70
Centro Infantil - Segurança Social	405.719,44	490.491,47
Sociedades Médicas	413.342,40	365.510,08
Outros acréscimos de gastos	95.201,85	107.178,98
Honorários	400.407,07	346.795,63
Outros credores	58.637,85	161.482,80
<b>Total</b>	<b>3.214.787,58</b>	<b>3.314.592,84</b>

## 17. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a "Vendas" e "Serviços Prestados:"

### Vendas

Descrição	2022	2021
Mercadorias	12 457,35	12 207,21
Materiais de consumo	6 726,18	7 102,99
<b>Total</b>	<b>19 183,53</b>	<b>19 310,20</b>

### Serviços prestados:

Descrição	2022	2021
Quotas dos utilizadores	244 215,26	196 069,36
Serviços Secundários	19 828 953,57	20 205 293,51
<b>Total</b>	<b>20 073 168,83</b>	<b>20 401 362,87</b>

ms  
Ji  
2021  
Fl.  
Francini

## 18. Subsídios, doações e legados à exploração

Em 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios, doações e legados à exploração":

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1 446 986,11	783 380,39
<b>Total</b>	<b>1 446 986,11</b>	<b>783 380,39</b>

## 19. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	3.550.155,43	3.778.036,15
Serviços especializados	3.302.469,08	3.131.838,46
Materiais	111.774,07	156.902,23
Energia e fluidos	1.037.559,45	646.790,40
Deslocações, estadas e transportes	23.858,43	20.546,95
Serviços diversos (*)	403.711,66	322.025,38
Comunicação	67.353,74	69.927,80
Limpeza, higiene e conforto	205.845,77	105.161,01
Seguros	46.472,12	59.780,04
<b>Total</b>	<b>8.429.528,12</b>	<b>8.056.139,57</b>

(\*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

## 20. Gastos com o pessoal

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2022 e 2021 foram "11", em ambos os anos.

Os órgãos sociais usufruem as seguintes remunerações:

- Provedor: quatro vezes o valor do IAS.
- Os outros órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2022 foi de 483 e em 2021 foi de 431.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações aos órgãos sociais	25.939,70	25.720,86
Remunerações ao pessoal	8.269.800,10	7.589.236,54
Encargos sobre as remunerações	1.589.791,93	1.458.627,29
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	58.357,85	88.932,57
Outros gastos com o pessoal	3.360,45	7.070,43
<b>Total</b>	<b>9.947.250,03</b>	<b>9.169.587,69</b>

## 21. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos suplementares	132.341,51	127.327,05
Descontos de pronto pagamento obtidos	8.349,85	12.060,59
Outros rendimentos (*)	871.373,76	352.872,65
Mareess	705.531,65	154.870,90
Imputação subsídios ao investimento	41.030,33	44.186,82
Donativos	15.582,96	26.916,89
<b>Total</b>	<b>1.012.065,12</b>	<b>492.260,29</b>

(\*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

## 22. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	9.951,58	7.179,97
Descontos de pronto pagamento concedidos	1.934,51	1.841,79
Outros gastos(*)	74.558,47	137.603,73
Correções relativas a períodos anteriores	60.490,95	100.834,76
Outros	10.707,52	30.718,97
Quotizações	3.360,00	3.360,00
<b>Total</b>	<b>86.444,56</b>	<b>146.625,49</b>

(\*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

## 23. Resultados financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	41 143,35	13 388,33
Outros gastos e perdas de financiamento	1 865,74	1 908,61
<b>Total</b>	<b>43 009,09</b>	<b>15 296,94</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	472,45	1 293,55
<b>Total</b>	<b>472,45</b>	<b>1 293,55</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(42 536,64)</b>	<b>(14 003,39)</b>

## 24. Passivos contingentes

1. Processo nº 850/12.5BEBRG: Existe ainda uma liquidação oficiosa de IRC no valor de 158.546,99 € relativa ao período de 2007, em virtude da Administração Tributária e Aduaneira (AT) considerar que a isenção prevista na alínea b) do n.º 1 do art.º 10.º do CIRC não é aplicável à SCMRA. A referida liquidação oficiosa será impugnada no Tribunal Fiscal por, pelo departamento jurídico da Entidade, ser entendido que essa liquidação é ilegal, uma vez que, desde sempre foi reconhecida à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Riba de Ave

isenção de IRC na sua valência da saúde. Além disso, existe uma grande convicção que a Entidade terá grandes hipóteses de conseguir anular tal liquidação, quer em face das disposições legais aplicáveis, quer em face das decisões dos Tribunais Fiscais em casos idênticos, embora no âmbito do ensino. Face ao exposto, não foi reconhecida qualquer provisão para impostos nas demonstrações financeiras da Entidade.

2. Processos n.º 1988/16.5T9VNF, n.º 7403/18.2T8GMR, n.º 602/20.9BEBRG, n.º 1362/20.9BEBRG, n.º 954/22.6BEBRG: processos em que a SCMRA deverá ser absolvida (> 50%) e a eventual condenação não terá grandes repercussões financeiras, pois o risco está coberto pelo seguro de responsabilidade civil (seguradora foi chamada ao processo).

3. Processo n.º 3928/20.8T8BRG: o autor reclama um pedido de indemnização por invocar que surgiu uma infeção no pós-operatório que poderá ter sido a causa do impedimento de continuar a exercer a sua profissão. A probabilidade da SCMRA ser absolvida é elevada, devido a que foram cumpridos todos os procedimentos e meios necessários e adequados à prevenção e combate de infeções nas suas instalações. Ou seja, o surgimento de uma infeção ocorreu no pós-operatório e já depois do utente ter alta hospitalar e como tal não decorreu de nenhum facto ilícito culposo, tendo, portanto, o hospital atuado com o grau de diligência exigível segundo os adequados padrões impostos. A posição da SCMRA tem cobertura jurisprudencial, nomeadamente no Acórdão do Processo n.º 558/11.9TBCBR.C1 de 28 de novembro de 2018.

4. Processo n.º 315/20.1T8VNF: ação de processo comum laboral em que trabalhadores reclamam que seja reconhecida a categoria profissional de assistente administrativo e respetivos direitos adstritos à referida categoria que invocam. Devido à probabilidade de sucesso, superior a 50%, por ser entendido de que os trabalhadores se encontram devidamente enquadrados, não foi constituída provisão e divulgamos este processo como passivo contingente.

5. Encontra-se a decorrer processos de inspeção em sede de IVA aos períodos de 2019, 2020, 2021 e 2022 (até julho). Os processos em causa são relativos à taxa de aplicação do IVA de obras em áreas de reabilitação urbana (ARU), em que a Autoridade Tributária, mesmo após já ter analisado e deferido diversos pedidos de restituição do IVA dessas obras à taxa reduzida (6%), entende que a taxa deveria ser a normal (23%) por a autarquia não ter aprovado e publicado as operações de reabilitação urbana (ORU). À data deste relatório, 28 de fevereiro de 2023, a ISCMRA apenas tinha recebido o projeto do relatório de inspeção do período do 2019, o qual prevê uma correção de IVA no valor de 1.010.629,22 euros. No entanto, é entendimento de que será dada razão à ISCMRA uma vez que sobre esta matéria há, pelo menos, uma decisão do

70. *Mu*  
*gt*  
*an*  
*78*  
*João*

Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD) favorável ao sujeito passivo visto que o Código do IVA – verba 2.23 da Lista I – indica “*empreitadas de reabilitação urbana, tal como definida em diploma específico*”, tal definição está prevista no art.º 2.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, ao invés de referir ou remeter para o art.º 7.º do mencionado diploma uma vez que este é alude às ORU. Outro motivo que abona a favor da ISCMRA é que, tal como foi supra referido, a Autoridade Tributária analisou e deferiu diversos pedidos de reembolso de 50% do IVA suportado das obras nas áreas de reabilitação urbana.

## 25. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do art.º 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Mesa Administrativa informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2022 e 2021, foi de 5.904,00 euros (IVA incluído) em cada um dos períodos.

## 26. Impacto do conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia nas demonstrações financeiras

Dois anos após severamente afetados pela pandemia da COVID-19, e quando seria expectável uma recuperação da economia, não obstante a persistência de ruturas nas cadeias de abastecimento globais e o surgimento de pressões inflacionistas, a invasão da Ucrânia pela Rússia, iniciada em fevereiro de 2022, constituiu o principal facto geopolítico a condicionar a evolução da economia e do comércio mundiais. Tal é motivado pelas perturbações que esta produziu em termos de aumento global da incerteza, de instabilidade do mercado energético internacional (com uma escalada dos preços de energia) e de escassez e aumento de preços de diversas matérias-primas essenciais para a indústria, bem como de produtos alimentares, segundo o Orçamento de Estado para 2023.

Não obstante o cenário de elevada incerteza, dada a performance financeira e operacional da entidade em 2022, é possível assegurar, à presente data, e com razoável grau de confiança, que os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade futuras da entidade, a existirem, não colocarão em causa a continuidade das suas operações, mantendo-se apropriado

o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022.

## 27. Data para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 28 de fevereiro de 2023.

Riba D'Ave, 28 de fevereiro de 2023

O Contabilista Certificado, n.º 9.602

Mamuel da Silva Sousa

A Mesa Administrativa

Renardo de Riba Ave

José António

Franco

José Luís - Álvaro

D. António

**IRMANDADE DA SANTA CASA DA  
MISERICÓRDIA DE RIBA D'AVE**



**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

## RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA DE AVE**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 43.995.897,94 euros e um total de fundos patrimoniais de 21.528.376,19 euros, incluindo um resultado líquido do período de 50.513,49 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e o anexo - que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas - relativas ao ano findo naquela data.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA DE AVE** em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

### BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

### RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subsequentes subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES**

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Braga, 15 de março de 2023.

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC  
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459  
Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC  
Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771

**IRMANDADE DA SANTA CASA DA  
MISERICÓRDIA DE RIBA D'AVE**



**PARECER DO DEFINITÓRIO**



PARECER DO DEFINITÓRIO

Concluída a análise que fez ao Relatório de Atividades e Contas da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Riba D'Ave, relativamente ao ano de 2022, o Definitório, no uso das competências legais e estatutárias que lhe estão atribuídas, vem emitir o seu Parecer, nos termos que se passam a expor.

O ano de 2022 ficou assinalado pela persistência das nefastas consequências da crise pandémica da COVID-19, tal como sucedera em 2020 e 2021, mas também pelo grave impacto, a nível global, da guerra provocada pela inexplicável invasão da Ucrânia pela Rússia com os graves impactos daí decorrentes a todos os níveis, designadamente ao nível da economia, na vida das pessoas e das instituições, como é o caso da inflação descontrolada que nos vem afetando e se reflete muito negativamente nos resultados das empresas e das instituições, tal como vem sucedendo nesta Misericórdia.

Regista-se a capacidade de resiliência da Comissão Executiva e da Mesa Administrativa nestes tempos tão difíceis e incertos como os que estamos a atravessar.

Pelo exposto, e com base nas informações prestadas ao Definitório pela Mesa Administrativa, ao longo do ano, com o conforto da informação constante da Certificação Legal de Contas feita por Mário da Cunha Guimarães, ROC n.º 1159, em representação de Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC n.º 148, o Definitório deliberou emitir o seguinte

**PARECER**

1. Que seja aprovado o Relatório de Atividades e Contas da Mesa Administrativa relativo ao exercício de 2022;
2. Que seja aprovado um voto de louvor à Mesa Administrativa, à Comissão Executiva da SCM RIBA D'Ave, bem como a todos os trabalhadores e demais colaboradores desta Instituição, pela forma atenta e dedicada como exerceram as suas funções ao longo do exercício.

Riba D'Ave, 30 de março de 2023

O Definitório,